



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

HIURE VILAS BOAS GONÇALVES

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS COMO ELEMENTOS DE
RECONFIGURAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS: O CASO DA
RÁDIO CONTORNO FM NO MUNICÍPIO DE CAPIM
GROSSO, BA.**

Jacobina
2008
HIURE VILAS BOAS GONÇALVES

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS COMO ELEMENTOS DE
RECONFIGURAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS: O CASO DA
RÁDIO CONTORNO FM NO MUNICÍPIO DE CAPIM
GROSSO, BA.**

Trabalho de Conclusão de Curso, orientado pelo Professor Orientador, Msc. Fábio Nunes de Jesus, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Geografia, pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

Jacobina

2008

**AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS COMO ELEMENTOS DE RECONFIGURAÇÕES
SÓCIO-ESPACIAIS: O CASO DA RÁDIO CONTORNO FM NO MUNICÍPIO DE
CAPIM GROSSO, BA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Composição da Banca Examinadora:

Orientador: Fábio Nunes de Jesus Professor

avaliador: Edvaldo Hilário dos Santos Professor
Universidade do Estado da Bahia – Campus IV

Professor avaliador: José Alves de Jesus
Universidade do Estado da Bahia – Campus IV

Aprovado em 12 de junho de 2008.

À minha família, namorada e amigos..., sempre presentes nos momentos de
calmarias e turbulências.

“Se por um lado o avanço tecnológico aplicado aos meios de comunicação tem colaborado para a democratização do acesso à informação e à comunicação, por outro lado o desenvolvimento de novas tecnologias não exclui o reaproveitamento dos ‘velhos’ meios que podem ser utilizados de forma criativa e moderna. Na verdade, o que é antigo para uma organização social, pode ser novo para outra, ou seja, tudo continua sendo relativo e de acordo com a história cultural de cada organização social.”

(CARDOSO, 1999; *aput* RUAS, 2001)

RESUMO

A presente pesquisa discute o trabalho desenvolvido pela Rádio Comunitária

Contorno FM, bem como as suas repercussões sócio-espaciais no município de Capim Grosso, Bahia. A partir de análises sobre a trajetória do Rádio brasileiro, da situação atual das Rádios Comunitárias e sobre o processo de legalização, estrutura de funcionamento e serviços prestados pela Rádio Comunitária Contorno FM à comunidade capimgrossense, as hipóteses da pesquisa são refutadas. A Rádio Comunitária Contorno FM promove uma comunicação popular de grande respaldo nas relações entre comunidade capimgrossense e poderes públicos locais, oferece serviços de comunicação imprescindíveis ao exercício da cidadania e, através da comunicação, consegue integrar os espaços de contrastes no município de Capim Grosso.

Palavras-Chave: Espaço Geográfico, Rádio Comunitária e Cidadania.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela

Tabela 1	Número de emissoras de Rádio Comunitárias com decreto legislativo no Brasil, 2008	29
----------	---	----

Quadro

Quadro 1	Programação da Rádio Comunitária Contorno FM	48
----------	--	----

Gráficos

Gráfico 1	Distribuição das emissoras de Rádio Comunitárias com decreto legislativo no Brasil, 2008	30
Gráfico 2	Distribuição das emissoras de Rádio Comunitárias com decreto legislativo na Região Sudeste, 2008	32
Gráfico 3	Distribuição das emissoras de Rádio Comunitárias com decreto legislativo na Região Sul, 2008	32
Gráfico 4	Distribuição das emissoras de Rádio Comunitárias com decreto legislativo na Região Centro-Oeste, 2008	33
Gráfico 5	Distribuição das emissoras de Rádio Comunitárias com decreto legislativo na Região Nordeste, 2008	33
Gráfico 6	Distribuição das emissoras de Rádio Comunitárias com decreto legislativo na Região Norte, 2008	33
Gráfico 7	Acompanhamento da programação diária da Rádio Comunitária Contorno FM pela comunidade, 2008	54
Gráfico 8	Distribuição da audiência da Rádio Comunitária Contorno FM por programa, 2008	54
Gráfico 9	Motivos da maior audiência do programa Notícias da Contorno, 2008	55
Gráfico 10	Avaliação do trabalho da Rádio Comunitária Contorno pela comunidade, 2008	56
Gráfico 11	Avaliação da comunidade sobre a relação entre poderes públicos locais e a Rádio Comunitária Contorno FM, 2008	62

Gráfico 12	Grau de escolaridade das pessoas consultadas, 2008	63
Gráfico 13	Influência da Rádio Comunitária Contorno FM na política local, 2008	64

Mapa

Mapa 1	Região Piemonte da Diamantina – Municípios com emissoras de Rádios Comunitárias com decreto legislativo, 2008	40
--------	---	----

Fotos

Foto 1	Comprovante de outorga de funcionamento da Rádio Comunitária Contorno FM, 2003	45
Foto 2	Estúdio atual da Rádio Comunitária Contorno FM	46
Foto 3	Automóvel atual da Rádio Comunitária Contorno FM	46
Foto 4	Sede atual da Rádio Comunitária Contorno FM	53
Foto 5	Certificado de Utilidade Pública Federal da Rádio Comunitária Contorno FM, 2005	58
Foto 6	Prêmio Mídia Sertão concedido à Rádio Comunitária Contorno FM, 2005	59
Foto 7	Encontro com as Comunidades 2007, cortes de cabelo gratuitos.....	60
Foto 8	Encontro com as Comunidades 2007, apresentação de grupo de Samba Reisado	61

LISTA DE SIGLAS

ABERT – Associação Brasileira de Rádio e Televisão.

ABRAÇO – Associação Brasileira de Rádios Comunitárias.

AM – Amplitude Modulada.

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações.

ASCOMCCG – Associação Comunitária e Cultural Contorno de Capim Grosso.

CBT – Código Brasileiro de Telecomunicações.

EPCOM – Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação.

FM – Frequência Modulada.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ONG – Organização Não-Governamental.

PIB – Produto Interno Bruto.

SUMÁRIO

Introdução	10
1. O Espaço Geográfico local no período Técnico-Científico-Informacional	12

2. Breve histórico do Rádio no Brasil	17
2.1 A radiodifusão e o nascimento do Rádio brasileiro	17
2.2 As tendências do Rádio após a revolução de 1930	18
2.3 O rádio brasileiro no contexto de surgimento e difusão da TV	19
2.4 As transformações do Rádio após 1980.....	20
3. A radiodifusão sonora comunitária no Brasil	22
3.1 Serviços de radiodifusão: definição e estrutura	22
3.2 Rádios Comunitárias, o que são?	23
3.3 Radiodifusão sonora comunitária, do surgimento à legalização	26
3.4 Distribuição espacial das Rádios Comunitárias no Brasil	29
3.5 As Rádios Comunitárias nos pequenos municípios brasileiros	34
3.6 Rádios Comunitárias: pressões e desafios	35
4. Rádio Comunitária Contorno FM	40
4.1 Localização do município de Capim Grosso	40
4.2 Pedido de concessão e montagem da emissora	41
4.3 Rádio Contorno, finalmente no ar	43
4.4 A Rádio Contorno hoje	45
4.5 Captação de recursos e perspectivas futuras	51
4.6 A Audiência da emissora	53
4.7 Credibilidade dada pela comunidade	55
4.8 Credibilidade dada pelo Estado e por organizações sociais	57
4.9 Trabalho social	59
4.10 Relação com poderes públicos locais	61
Conclusão	65
Referências	
Apêndices	70

INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas do século XX as discussões acerca da legalização de pequenas emissoras de Rádio capazes de levarem informação e abrirem espaço para a participação popular num âmbito local resultaram na promulgação da Lei 9.612. A legalização das Rádios Comunitárias representou a criação de veículos de comunicação locais montados e gerenciados por comunidades devidamente organizadas em associações e fundações sem fins lucrativos.

Num contexto social pautado pelos ranços da política coronelista e pela ausência de meios de comunicação de expressão popular, surge no município de Capim Grosso, Bahia, a Associação Comunitária e Cultural Contorno de Capim Grosso (ASCOMCCG) que futuramente ofereceria serviço de radiodifusão aos capimgrossenses através da Rádio Comunitária Contorno FM.

Fundada pela comunidade, a Rádio Contorno passou a exercer papel fundamental no exercício da cidadania e na liberdade de expressão. Com uma comunicação popular e de acesso democrático, a emissora, em apenas 6 anos de existência, adquiriu a credibilidade da comunidade, associações e movimentos sociais do município e da Região.

Assim, diante da importância social e política que a Rádio Contorno tem adquirido nos últimos tempos na comunidade e devido ao seu caráter de mídia alternativa, o que ainda é pouco presente no país, tornou-se oportuno o desenvolvimento de uma pesquisa científica que pudesse constatar se a emissora, através do seu serviço de comunicação comunitário, consegue reconfigurar a organização sócio-espacial do município de Capim Grosso.

Para tanto, foram elaboradas três hipóteses a serem refutadas. Foram elas: A Rádio Comunitária Contorno FM consegue oferecer serviços de comunicação imprescindíveis ao exercício da cidadania dos capimgrossenses, a comunicação popular promovida pela Rádio Contorno tem grande respaldo nas relações entre comunidade capimgrossense e poderes públicos locais e, finalmente, através da comunicação, a Rádio Contorno consegue integrar os espaços de contrastes no município de Capim Grosso.

Sob a luz do método hipotético-dedutivo, a execução dessa pesquisa de abordagem qualitativa-quantitativa obedeceu a um cronograma de atividades planejadas para um período de 9 meses.

Para a coleta de dados, além de pesquisas bibliográficas e de textos digitais na internet, foram aplicados questionários a partir de uma amostra de 36 elementos (pessoas de todo o município) e entrevistas estruturadas foram desenvolvidas com os presidentes da Câmara Municipal de Vereadores, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Capim Grosso, do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (SINSP) e da Delegacia Regional da Associação dos Profissionais da Educação do Estado da Bahia (APLB)¹.

Por conta do objetivo da pesquisa, a coletada e o tratamento dos dados não representaram a sua conclusão, pelo contrário, após essa etapa foi necessário organizar uma seqüência lógica de escrita e aproximar as informações encontradas com a ciência geográfica, pois, só assim tal trabalho poderia adquirir validade num curso de graduação em Geografia.

Com a conclusão do trabalho é possível afirmar que as Rádios Comunitárias trouxeram avanços significativos no lento processo de democratização dos veículos de comunicação no Brasil e no exercício da cidadania, sobretudo nos pequenos municípios brasileiros, onde a mídia alternativa ainda resiste em chegar devido a várias manifestações políticas contrárias e a falta de conhecimento da população local.

¹ Deve ser ressaltado que de acordo com o planejamento feito para a pesquisa, o prefeito municipal também deveria ser entrevistado, contudo, por conta da sua indisponibilidade para contribuir com a execução desse trabalho, não foi possível contar com suas considerações.

1. O ESPAÇO GEOGRÁFICO LOCAL NO PERÍODO TÉCNICOCIENTÍFICO-INFORMACIONAL

Toda e qualquer discussão sobre Espaço exige uma análise do seu processo de constituição enquanto criação e campo de novas criações do homem.

Entendido por Santos (2006, p. 100) como “um resultado da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações”, o Espaço é resultado das relações humanas desencadeadas pela necessidade da organização social. Sem relações sociais não há Espaço, e sem Espaço não há palco para manifestação das relações sociais.

Os movimentos da sociedade [...] transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partida para um novo movimento. Por adquirirem uma vida, sempre renovada pelo movimento social, as formas [...] podem participar de uma dialética com a própria sociedade e assim fazer parte da própria evolução do espaço. (SANTOS, 2006, p.106)

Falar de constituição do Espaço exige necessariamente discussão sobre os recursos que o erigem, as técnicas. Afinal, desde os períodos mais antigos da história até os tempos atuais, elas são criadas e aperfeiçoadas única e exclusivamente para facilitar a apropriação do “Meio Natural”² pelo homem, o que resultou ao longo dos tempos no que Santos (2006) chamou de “Meio Técnico” e “Meio Técnico-Científico-Informacional”. Estes, por sua vez, caracterizados respectivamente pela mecanização do espaço e pela profunda interação da ciência e da técnica.

A história dos espaços impregna-se, pois, de um conteúdo técnico numa intensidade crescente. Daí que cada era de espaço é uma era técnica. A paisagem do ordenamento do espaço muda com a mudança da técnica. E são os elementos do complexo técnico, seus acúmulos e seu progresso o que vemos na fisionomia e no arranjo das paisagens de cada época e civilização. (SANTOS, 1994 *aput*, MOREIRA, 2007, p. 85)

² Segundo Santos (2006, p.235), o meio Natural era aquele “[...] utilizado pelo homem sem grandes transformações. As técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação”.

Pela grande ascensão que atingiu após a década de 70 do século passado e por estar longe de ser superado, o chamado meio Técnico-Científico-Informacional merece uma análise exclusiva.

Decorrente da produção tecnológica pós anos 1970, quando foram desenvolvidos, por exemplo, os primeiros satélites artificiais, esse meio tem sido caracterizado pela forte aproximação entre ciência e técnica.

Mergulhado num grande fluxo de informações que resultam em conhecimentos sobre os processos e fenômenos que se manifestam no Espaço, o homem não se satisfaz com os recursos de apropriação espacial de que dispunha e dedicou-se às novas descobertas e invenções.

Hoje, é possível falar em uma complexa rede de sistemas técnicos que englobam desde as modernas máquinas agrícolas até os sofisticados aparelhos de telecomunicações (televisores, aparelhos de som, etc). Isso sem falar nos satélites de alta tecnologia que têm sido lançados no espaço sideral para gerar, de forma remota, imagens da superfície e da atmosfera terrestre.

Os progressos técnicos que, por intermédio dos satélites, permitem a fotografia do planeta, permitem-nos [...] uma visão empírica da totalidade dos objetos instalados na face da Terra. Como as fotografias se sucedem em intervalos regulares, obtemos, assim, um retrato da própria evolução do processo de ocupação da crosta terrestre. (SANTOS, 2006, p. 203)

Dessa forma, torna-se real falar em reconhecimento de todo o planeta, encurtamento de distâncias e supressão do tempo.

A instantaneidade da informação globalizada aproxima os lugares, torna possível uma tomada de conhecimento imediata de acontecimentos simultâneos e cria entre lugares e acontecimentos uma relação unitária à escala do mundo. Hoje, cada momento compreende, em todos os lugares, eventos que são interdependentes, incluídos em um mesmo sistema global de relações. (SANTOS, 2006, p. 203)

Por tratar-se de um processo que demanda condições técnicas, na maioria das vezes adquiridas por elevados investimentos e aquisições de alto custo, a compressão

espaço-temporal do planeta adquire ocorrência desigual nas suas diversas regiões. Há uma forte variação de recursos de uma nação para outra, sendo que num mesmo território nacional podem ocorrer fortes variações.

Se olharmos a representação da superfície da Terra, verificaremos que numerosas e vastas áreas escapam a esse desenho reticular presente na quase totalidade dos países desenvolvidos. Essas áreas são magmas, ou zonas de baixa intensidade. (SANTOS, 2006, p.268)

A comprovação das desigualdades globais, regionais ou locais, apesar de necessária para o esclarecimento das encruzilhadas que o processo técnico-científico apresenta, não elimina análises sobre as transformações sócio-espaciais que o planeta vem passando, ao contrário, pela sua característica eminentemente difusora, o processo tem adquirido uma abrangência real no Espaço independentemente de sua escala. Desde a utilização dos meios técnicos mais modernos e de interligação global (exemplo da internet), até os meios há tempos desenvolvidos e reestruturados, e de interligação muitas vezes local, como o Rádio, as transformações sócio-espaciais são marcas profundas desse processo técnico-científico-informacional que se instaurou há três décadas.

Diante das realidades específicas que o local apresenta, vale ressaltar que nessa escala a densidade dos recursos técnicos da informação e as modificações sócio-espaciais são muito notáveis.

Conforme Castells (2005, p.41), “nesse mundo de mudanças confusas e incontroladas, as pessoas tendem a agrupar-se em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais, nacionais”. Portanto, longe de atribuir a ocorrência dessas “identidades primárias” apenas ao local, mas reconhecendo as desconfigurações de identidades que a Internacionalização tem provocado em escala global, a forma mais adequada para a verificação da ocorrência de sistemas técnicos é a análise das realidades locais.

Cada vez mais, as pessoas organizam seu significado não entorno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são. Enquanto isso, as redes globais de intercâmbios instrumentais conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e até países, de acordo com sua pertinência na realização dos objetivos processados na rede, em um fluxo contínuo de decisões estratégicas. Segue-se uma divisão fundamental entre o

instrumentalismo universal abstrato e as identidades particulares historicamente enraizadas. (CASTELLS, 2005, p.41)

Em meio a manifestação das identidades como recurso de resistência à homogeneidade sociocultural, vale ressaltar o papel dos movimentos sociais, que, segundo Castells (2005, p.41) “tendem a ser fragmentados, locais, com objetivo único e efêmeros, encolhidos em seus mundos interiores ou brilhando por apenas um instante em um símbolo da mídia”.

Hoje, esses movimentos são caracterizados pela expressão de múltiplas e diversificadas ações que, de forma concreta, resultam na edificação de Espaços heterogêneos, marcados por conflitos de ordem social³. Esse é o caso, por exemplo, das múltiplas ações locais de mobilização social.

No caso dos países subdesenvolvidos, essas ações locais são bastante expressivas na sua estrutura sócio-espacial. Em decorrência dos sistemas políticosociais altamente excludentes e burocráticos que existem nesses países, grupos de indivíduos unidos por laços culturais ou simplesmente por concepções políticas, munidos do conhecimento e dos poucos recursos técnicos que chegam até eles, lutam por melhorias de condições de vida.

Capacitando os indivíduos a se comunicarem através de espaço e de tempo sempre mais dilatados, o uso dos meios técnicos os torna capazes de transcender os limites característicos de uma interação face a face. Ao mesmo tempo, os leva a reordenar as questões de espaço e de tempo dentro da organização social, e a usar esta reorganização como meio para atingir seus objetivos. (THOMPSON, 2001, p. 36)

Seja a partir de movimentos sociais devidamente organizados ou de simples manifestações populares, o fato é que no período atual, marcado pela produção e difusão da informação em escala planetária, há uma tendência para a desestruturação

³ Ao contrário do que é proliferado em muitos discursos atuais, os conflitos sociais sempre foram e sempre serão exemplos de meios desencadeadores de mudanças no Espaço. Sejam conflitos de proporções globais ou locais, o fato é que a ocorrência de conflitos resulta incessantemente em transformações no Espaço. Os acordos que cessam ou acalmam esses conflitos, por sua vez, representam a diferença entre as mudanças espaciais ocorridas, mas escondidas pelo calor e pela repercussão dos conflitos, e a real percepção dessas mudanças pelas pessoas.

das sólidas bases burocráticas de sistemas sociais excludentes. A utilização de sistemas técnicos de informação, em si, não leva ao fim da exclusão, ao contrário, pelo seu caráter de produção humana ele corre o risco de tornar-se ideologicamente favorável àqueles que os controlam.

O fato é que o período atual abre um leque de possibilidades, representadas pelas redes da informação, para que os grupos possam instruir-se técnica e teoricamente na elaboração das suas estratégias de luta, construindo uma nova espacialidade⁴. Afinal, como diria Castells (2005), “espaço é a expressão da sociedade. Uma vez que nossas sociedades estão passando por transformações estruturais, é razoável sugerir que atualmente estão surgindo novas formas e processos espaciais”.

Quanto a esses novos processos locais de lutas no período informacional, vale ressaltar o surgimento das emissoras de Rádio Comunitárias no Brasil, criadas por indivíduos que apresentam identidades e problemas comuns.

A comunicação popular, que hoje chamamos de comunitária, surge e se desenvolve articulada aos movimentos sociais como canal de expressão e meio de mobilização e conscientização das populações residentes em bairros periféricos e submetidas a carências de toda espécie; de escolas, postos de saúde, moradia digna, transporte, alimentação e outros bens de uso coletivo e pessoal, em razão dos baixos salários ou do desemprego.
(PERUZZO, 2003, p.247)

Na década de 1980 surgem as Rádios Comunitárias no Brasil, e, junto com elas, uma nova forma de comunicação.

Pautada pela democratização e pela expressão popular, a comunicação alternativa das Rádios Comunitárias é exemplo de um novo processo social que ao ser efetivamente integrado ao sistema radiodifusor brasileiro, em 1998, tornou-se uma possibilidade de democratizar a informação e construir novas relações de comunicação entre as massas sociais dominadoras e dominadas.

⁴ A espacialidade é a manifestação dinâmica daquilo que SANTOS (2006) chama de “sistema de ações”, ou seja, a atuação do homem em sociedade em todas as suas facetas, desde os processos mais simples de comunicação aos mais complexos de transformações de paisagens naturais em artificiais.

2. BREVE HISTÓRICO DO RÁDIO NO BRASIL

2.1 A radiodifusão e o nascimento do Rádio brasileiro.

A transmissão de ondas eletromagnéticas de uma antena emissora a um aparelho receptor, que as transforma em som e/ou imagens, recebe o nome de radiodifusão.

Segundo o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), aprovado pela Lei nº 4.117/62, radiodifusão é um serviço “destinado a ser recebido direta e livremente pelo público em geral, compreendendo a radiodifusão sonora (popularmente conhecido como rádio) e a televisão (mais conhecida pela abreviatura TV)”.

Embora o sistema de radiodifusão englobe tanto o Rádio quanto a TV, é importante destacar que enquanto o primeiro já era utilizado no Brasil desde os primeiros anos da década de 1920, o segundo só passou a ser utilizado no país após a década de 1950⁵. Desde a chegada do primeiro aparelho de TV no país até a democratização do seu acesso, décadas se passaram.

Diante do caráter altamente popular que adquiriu no país, principalmente por ter possibilitado a transmissão de ondas sonoras a áreas longínquas e inacessíveis do Brasil em período de fraca integração nacional por vias de comunicação, exigindo para isso, pouca demanda de aparelhos e de capital financeiro, e por hoje ainda ser o

⁵ Quando os primeiros aparelhos e a primeira emissora de TV surgiram no Brasil na década de 1950, há pelo menos uma década e meia o sistema radiodifusor de televisão já era utilizado em quase toda a Europa e nos Estados Unidos da América.

recurso de comunicação de massa de mais fácil acesso para as camadas mais humildes da sociedade brasileira, o Rádio carece de uma análise histórica exclusiva.

Inaugurado oficialmente no Brasil em 1922, o sistema de radiodifusão sonora logo iria se tornar bastante popular no país e, portanto, um recurso de comunicação presente nos principais momentos de oscilações na conjuntura político-econômica do Brasil pós-República Velha.

O rádio no Brasil começou oficialmente em 1922, quando se deu a primeira transmissão no Rio de Janeiro, durante comemoração do centenário de Independência do país. Eptácio Pessoa, então presidente, foi o pioneiro em usar o microfone em emissora instalada pela Westinghouse, com transmissor de 500 watts instalado no alto do Corcovado e 80 receptores importados para a ocasião. (ORTRIWANO, 1985, *aput* PERAZOLI, 2004)

Influenciados pelo clima de efervescência cultural que a década de 1920 criou no país⁶, intelectuais e cientistas da elite brasileira fundaram em 20 de abril de 1923, na cidade do Rio de Janeiro, até então capital do país, a Rádio Sociedade⁷.

Com finalidades basicamente educativas e culturais, os empreendimentos radiodifusores que surgiram no Brasil até o início da década de 1930, a partir de iniciativas de clubes, associações e sociedades, foram sustentados por doações e mensalidades que saiam do bolso da elite. Nesse período, cabe ressaltar que, apesar do seu caráter educativo e cultural, o Rádio no Brasil já estava carregado de ideologias de classe. Ele era meio de comunicação conduzido pela burguesia brasileira, e, portanto, transmitia as suas concepções de educação e cultura.

2.2 As tendências do Rádio após a Revolução de 1930.

⁶ Vale citar como maior marco dos movimentos culturais no Brasil dos anos 20, a realização da Semana de Arte Moderna em 1922.

⁷

Foi a partir da fundação da Rádio Sociedade, por Edgard Roquete Pinto e Henry Morize, que surgiram as expressões “rádio sociedade” e “rádio clube”, pois as emissoras eram mantidas pelas mensalidades pagas pelos ouvintes associados.

Com a Revolução de 1930, o então presidente Getúlio Vargas, embebido pela sua tendência nacionalista, vê na radiodifusão um recurso técnico auxiliador no fortalecimento do mercado interno e na mobilização do povo brasileiro em períodos de emergência nacional⁸.

As políticas desenvolvimentistas nacionais da década de 30 desenharam novas necessidades econômicas e engendraram forças no sentido de incentivar e fortalecer o mercado interno. O alto número de analfabetos fazia do rádio, mais que das mídias impressas, o meio ideal para vender produtos e ditar modas. Isso fez com que a radiodifusão assumisse novas funções que não as educativas e culturais, agora diretamente ligadas ao desenvolvimento político e econômico do país e de mobilização de suas massas. (GOMES, 2006, p. 21)

Marcando o início da publicidade no Rádio brasileiro, em março de 1932 é sancionado o Decreto nº 21.111, que regulamentava a inserção de informes publicitários na programação das emissoras instaladas no território nacional. Com esse decreto, surgem as Rádios Comerciais, e, junto com elas, a necessidade de planejar uma programação popular e diversificada, que prendesse a atenção dos ouvintes e garantisse a audiência das emissoras. Por isso, na década de 1940 surgem as radionovelas, o radiojornalismo e o jornalismo esportivo no Rádio⁹.

2.3 O Rádio brasileiro no contexto de surgimento e difusão da TV

Se até então o Rádio dominava o cenário das comunicações no Brasil, na década de 1950 chega ao país os primeiros aparelhos de TV e, junto com eles, é criada a primeira emissora de televisão brasileira, a TV Tupi.

⁸
⁸

Aqui é importante lembrar a convocação feita pelo rádio, do governo paulista aos jovens do estado, a alistarem-se nas forças militares para lutar contra o governo de Getúlio Vargas na chamada Revolução Constitucionalista, em 1932.

⁹ A primeira radionovela brasileira foi ao ar em 12 de julho de 1942 pela Rádio Nacional do RJ e era chamada de “Em busca da felicidade. Ainda na década de 1940 surgem o primeiro radiojornal, chamado de “Grande Jornal Tupi”, apresentado pela Rádio Tupi de São Paulo.

Com esse novo concorrente de audiência, as emissoras de Rádio promoveram mudanças na sua programação, inserindo muita música, notícias e serviços de utilidade pública.

Ainda na década de 1950 surgem as unidades móveis das emissoras de Rádio, o que possibilitou a ampliação de suas reportagens externas e o enriquecimento de informações nos programas jornalísticos e esportivos.

A partir de 1960 surgem no Brasil as primeiras emissoras radiodifusoras a operarem em Freqüência Modulada (FM)¹⁰. Essas emissoras, apesar de não conseguirem levar suas ondas a grandes distâncias, como aquelas que operavam em Amplitude Modulada (AM), promoveram melhorias no sistema de transmissão e recepção radiodifusora no país. Se antes os ouvintes eram meros espectadores da programação das rádios, agora, com a melhoria do sistema, eles passaram a participar ao vivo nos programas das emissoras, sem precisarem se deslocar até os estúdios.

Ainda na década de 1960, especificamente no ano de 1962, os dirigentes das emissoras de Rádio e TV comerciais do país, interessados em criar normatizações para o sistema de comunicações radiodifusoras, se unem para formar a Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABERT)¹¹. Em 1967 é criado o Ministério das Comunicações, que ainda hoje é o representante supremo do Governo Federal no tocante à concessão da radiodifusão sonora.

Nos anos 70 as emissoras de Rádio passaram a especializar as suas programações de acordo com as condições sócio-culturais dos seus ouvintes, pois assim poderiam obter maior audiência em horários específicos da programação.

As emissoras passaram a identificar-se com determinadas faixas sócioeconômicas-culturais, procurando dirigir-se a elas e buscando sua linguagem nos próprios padrões das classes que desejam atingir. Com o aumento da potência das emissoras pequenas e a criação de muitas novas, surge uma segunda etapa no processo de especialização: as grandes emissoras tentam ganhar os diversos segmentos de público, mantendo programas que atinjam diferentes faixas, em diferentes horários. (ORTRIWANO, 1985, *apud* GOMES, 2006, p. 22)

¹⁰ Todas as emissoras de rádio que surgiram até o início da década de 1960, operavam em AM (Amplitude Modulada).

¹¹ Paralelamente ao surgimento da ABERT, o governo brasileiro sanciona a Lei nº 4.117/62 que regulamentava o Código Brasileiro de Comunicações, instrumento importante no controle e gestão do serviço de radiodifusão no país.

Nesse período, a radiodifusão no Brasil já era de tamanha representatividade no tocante às comunicações, que, em 1976, o Governo brasileiro, interessado em explorar os serviços de radiodifusão na convocação do povo e na divulgação de informações oficiais, criou a Empresa Brasileira de Radiodifusão, chamada de Radiobrás.

2.4 As transformações no Rádio após 1980

Na década de 1980 a transmissão por satélite promoveu saltos qualitativos na radiodifusão sonora brasileira, pois, além de agilizar a comunicação numa escala global, possibilitou a criação de redes de emissoras com programações unificadas e simultâneas, o que superou determinadas carências locais de recursos técnicos e humanos.

Paralelo às melhorias do sistema de radiodifusão no país, surgem movimentos sociais, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e sindicatos que reivindicavam a democratização das comunicações. Nesse contexto de efervescência social, entra em cena a chamada comunicação popular ou alternativa.

Até então dominadas por grupos comerciais e políticos, as emissoras de rádio do país estavam marcadas por relações clientelistas que beneficiavam seus proprietários e, quando não os mesmos, empresários e políticos¹².

Buscando promover a democratização da radiodifusão sonora no país, muitas foram as emissoras que entraram em funcionamento mesmo sem a devida concessão do Estado brasileiro, as chamadas “rádios piratas”¹³. Embora um grande número delas tenham sido criadas com finalidades puramente comerciais, várias foram as emissoras criadas por associações de bairros e grupos sociais que, além de quererem possibilitar a livre expressão popular, pretendiam levar informações representativas

¹² É devidamente constatado que boa parte das emissoras de rádio comercial do país pertence ou estão intimamente ligadas a grupos políticos que não hesitam em utilizá-las para garantir reeleições.

¹³

¹³ Segundo Perazoli (2004), “o termo rádio pirata surgiu nos anos 50, quando algumas emissoras americanas de rádio queriam entrar no mercado da Grã-Bretanha. Para isto, instalaram estações de rádio em barcos, que ficavam fora da fronteira e assim conseguiam burlar a tutela estatal”.

para a população excluída do país. A partir dessas finalidades, surgem as emissoras de Rádio Comunitárias.

A comunicação comunitária no Brasil, nas duas últimas décadas do século XX, teve como característica a sua organicidade aos movimentos sociais populares. Não se tratava tão-somente da comunicação de “comunidades”, mas de todos aqueles processos comunicativos realizados no âmbito de movimentos e organizações populares que lutavam para a consecução dos direitos de participação cidadã e melhoria nas condições de existência dos excluídos. (PERUZZO, 2003, p.247)

Marcando a democratização da radiodifusão sonora no país, o surgimento das Rádios Comunitárias é o resultado das lutas e reivindicações de movimentos populares que tiveram início na década de 1970 e que se intensificaram a partir de 1980. Hoje, após a promulgação da lei que as institui e regulamenta, essas emissoras representam a possibilidade de romper com o monopólio da informação das rádios convencionais.

Através das Rádios Comunitárias é possível oferecer uma programação diferenciada das experiências até então vividas pelo Rádio brasileiro desde a década de 1920. Numa perspectiva local, as Rádios Comunitárias oferecem voz e vez para os seus ouvintes, seja na gestão da emissora ou na produção dos programas.

3. A RADIODIFUSÃO SONORA COMUNITÁRIA NO BRASIL

3.1 Serviços de radiodifusão: definição e estrutura.

Para o Ministério das Comunicações, órgão máximo em deliberações sobre as comunicações no Brasil, os serviços de radiodifusão são aqueles “[...] estabelecidos por legislação própria, que promovem a transmissão de sons (radiodifusão sonora) e de sons e imagens (televisão), a serem direta e livremente recebidas pelo público em geral [...]”. Segundo o próprio Ministério, os serviços de radiodifusão no país, quanto à sua modalidade, podem ser Comercial, Educativo ou Comunitário, cada um com suas especificidades e normas para legalização e funcionamento de emissoras.

Segundo classificação feita pelo Ministério, quanto ao tipo de modulação as emissoras radiodifusoras sonoras podem ser em Amplitude Modulada (AM) ou

Freqüência Modulada (FM), sendo que o primeiro tipo possui as modalidades OM (Ondas Médias), OC (Ondas Curtas) e OT (Ondas tropicais)¹⁴.

Enquanto as emissoras que operam em FM possuem alta freqüência¹⁵ e baixa potência¹⁶, o que lhes conferem a condição de levar suas ondas apenas a espaços locais ou regionais, porém com qualidade na recepção, as emissoras que operam em AM possuem baixa freqüência e alta potência, o que lhes permitem levar suas ondas a todo o território nacional ou, no caso das Ondas Curtas (OC), a qualquer lugar do planeta, porém, com constantes interferências, inclusive pela variação da temperatura do ar.

Quanto à autorização para funcionamento das emissoras, elas podem ser concedidas pelo Ministério das Comunicações, no caso dos serviços de radiodifusão em Ondas Médias Locais (OM-L) e Freqüência Modulada (FM), ou pela Presidência da República, no caso das ondas em UHF e VHF (televisão), Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Ondas Médias Regionais e Nacionais (respectivamente, OM-R e OM-N).

Quanto ao prazo das outorgas concedidas, a Agência Nacional de Telecomunicações¹⁷ (ANATEL) diz:

“As outorgas são conferidas pelo prazo de 15 anos, no caso da TV e, de 10 anos, se radiodifusão sonora – rádio. Esses prazos são prorrogáveis por iguais períodos, tantas vezes quantas forem de interesse das entidades outorgadas desde que cumpridas certas determinações legais.”

¹⁴ No caso das emissoras de TV, distinguem-se entre VHF e UHF.

¹⁵ Freqüência é número de vibrações por segundo, medida em *hertz*, que uma onda eletromagnética tem desde sua fonte emissora. Uma onda sempre mantém a freqüência com que foi criada, independentemente do meio que atravessa.

¹⁶ Potência é o alcance espacial que as ondas eletromagnéticas conseguem atingir após sua transmissão.

¹⁷ A ANATEL, agência vinculada diretamente ao Ministério das Comunicações, foi criada em 1997, após a privatização do sistema brasileira de telefonia móvel e fixa, para regulamentar as telecomunicações no país. A própria ANATEL intitula-se como “[...] órgão regulador das telecomunicações do Brasil que substitui o Ministério das Comunicações nos fóruns internacionais e que também organiza a exploração dos serviços de telecomunicações no País e elabora, administra e mantém os Planos Básicos de Distribuição de Canais (radiofreqüências), conforme previsto na Lei Geral de Telecomunicações – LGT, de nº 9.472, de 17 de julho de 1997”.

A grande questão que envolve o pedido de outorga e a sua devida concessão às emissoras, é a demasiada burocracia que permeia desde a exigência de vários documentos e preenchimentos de formulários até o largo tempo necessário para a apreciação do Ministério das Comunicações, do Congresso Nacional e da Presidência da República. O que muitas vezes desanima aqueles que almejam tal concessão ou leva-os a entrarem no ar mesmo sem a autorização legal, configurando as emissoras radiodifusoras ilegais, clandestinas, ou “piratas”.

3.2 Rádios Comunitárias, o que são?

De acordo com o Ministério das Comunicações, Rádio Comunitária “[...] é a radiodifusão sonora, em frequência modulada (FM), de baixa potência (25 Watts) e cobertura restrita a um raio de 1 Km a partir da antena transmissora”. Segundo o mesmo, “podem explorar esse serviço somente associações e fundações comunitárias sem fins lucrativos, com sede na localidade da prestação de serviço”.

Para a obtenção da outorga (documento que autoriza o funcionamento da emissora), as entidades que pleiteiam executar o serviço de radiodifusão comunitária devem percorrer um longo processo, que começa com o preenchimento do *formulário de demonstração de interesse em instalar rádio comunitária*, disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, e termina com a obtenção da *licença definitiva de funcionamento da emissora*, o que pode levar anos¹⁸.

As Rádios Comunitárias devem obedecer a finalidades, princípios e restrições presentes na legislação própria, a Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que traz em seu Art. 2º:

O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, modificada pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e demais disposições legais.

¹⁸ No caso da Associação Comunitária e Cultural Contorno de Capim Grosso (ASCOMCCG), mantenedora da Rádio Comunitária Contorno FM, desde o preenchimento do *formulário de demonstração de interesse em instalar rádio comunitária* até a obtenção da *licença definitiva da emissora*, passaram-se mais de cinco anos, de 1998 a 2003. Sendo que, nesse intervalo, em 29 de julho de 2001, a emissora já entrara legalmente no ar com a obtenção de licença provisória.

Com finalidades e princípios de democratização do espaço de radiodifusão sonora, a Lei. 9.612 determina que as Rádios Comunitárias devam configurar um meio de comunicação de caráter eminentemente popular. Vale lembrar o que traz o *parágrafo 3º do Art 4º*:

Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à Direção responsável pela Rádio Comunitária.

Enquanto nas Rádios Comerciais a programação é idealizada de acordo aos interesses de empresas ou grupos políticos, nas Rádios Comunitárias a programação é estruturada por e para a comunidade.

Dessa forma, toda e qualquer emissora comunitária legalmente instituída não deve restringir o seu caráter popular apenas ao fato de oferecer uma programação de interesse local ou a abertura de participações da comunidade nos programas. As pessoas da comunidade atendida pela emissora podem e devem também participar da gestão e organização da mesma, desde que devidamente associadas ou filiadas a entidade que a mantêm.

“[...] a comunicação comunitária diz respeito a um processo comunicativo que requer o envolvimento das pessoas de uma ‘comunidade’, não apenas como receptoras de mensagens, mas como protagonistas dos conteúdos e da gestão dos meios de comunicação”. (PERUZZO, 2003, p.246)

Hoje, muitas são as emissoras de rádio em funcionamento no país com o título de Comunitárias¹⁹.

Enquanto algumas rádios oferecem serviços de comunicação popular, abrindo espaço para as pessoas participarem dos seus programas e da sua gestão, outras são comunitárias apenas na documentação que as regulamentam.

Sobre isso, Perruzo (2003, p.245), ao referir-se às Rádios Comunitárias, diz que “[...] diferentes manifestações de comunicação que ocorrem em nível local são colocadas indiscriminadamente sob o rótulo de comunitárias, o que acaba por gerar distorções na compreensão do fenômeno”.

A legalização das Rádios Comunitárias foi um marco fundamental para a democratização dos meios de comunicação no Brasil, contudo, nem toda emissora tida comunitária cumpre com o seu papel de promover a comunicação popular.

A comunicação comunitária surge das necessidades locais e serve aos interesses da “comunidade”, embora seja normal existir uma grande gama de distorções, como, por exemplo, a existência de meios de comunicação que se dizem comunitários, mas que de fato servem a outros interesses – políticos eleitorais, religiosos, financeiros e personalísticos. (PERUZZO, 2003, p. 249)

Por isso, analisar o papel que as Rádios Comunitárias têm desempenhado no cenário das comunicações brasileiras é uma tarefa que não permite generalizações, ou seja, as emissoras possuem características específicas, muitas vezes desafiadoras da própria legislação²⁰, e, por isso, para que se possa compreender o

¹⁹ Segundo dados do Ministério das Comunicações, existiam no Brasil, até março de 2008, 2.373 emissoras de rádio comunitárias legalmente em funcionamento.

²⁰ Deve ser destacado que a Lei 9.612 é extremamente arbitrária. Basta uma leitura dos seus *Art. 22º* e *Art. 23º*, que trazem, respectivamente:

“As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária operarão sem direito a proteção contra eventuais interferências causadas por emissoras de quaisquer Serviços de Telecomunicações e Radiodifusão regularmente instaladas, condições estas que constarão do seu certificado de licença de funcionamento.”

“Estando em funcionamento a emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em conformidade com as prescrições desta Lei, e constatando-se interferências indesejáveis nos demais Serviços regulares de Telecomunicações e Radiodifusão, o Poder Concedente determinará a correção da trabalho que desenvolvem nos locais onde estão instaladas, é indispensável a realização de estudos também específicos.

3.3 Radiodifusão sonora comunitária, do surgimento á legalização.

A história das Rádios Comunitárias no Brasil remonta ao início da década de 1970, quando surgiram as primeiras emissoras de rádio com programação alternativa do país, chamadas de rádios livres.

No Brasil, as rádios livres começaram a aparecer nos anos setenta, numa época em que o regime militar estava em vigor e os meios de comunicação de massa estavam, de forma predominante, nas mãos de pessoas ou grupos privilegiados com a concessão de canais, por decisão unilateral do Poder Executivo Federal. (PERRUZO, 1998)

Embora nesse período as emissoras de rádio livre não tenham se configurado como rádios propriamente comunitárias, a exemplo da Rádio Paranóica criada por dois irmãos de Vitória (ES) em outubro de 1970²¹, da Rádio Spectro criada em Sorocaba (SP) em 1976 e da RCG-Rádio Globo de Criciúma (SC) criada em 1978, elas representaram o despontar do processo de democratização da comunicação radiodifusora sonora no país.

Somente a partir da década de 1980, quando já ocorria a ruptura do Regime Militar, é que essas emissoras se multiplicaram por diversas cidades brasileiras²² e englobaram algumas discussões políticas e sociais nas suas programações.

Num primeiro momento, as rádios livres eram constituídas por jovens interessados, antes de tudo, em praticar a arte da radiofonia, pouco ou nada envolvidos com grandes causas sociais ou políticas. Depois, se instalaram emissoras mais sensíveis à questão da centralização dos meios de comunicação, bem como à problemática sócio-econômica do País, embora

operação e, se a interferência não for eliminada, no prazo estipulado, determinará a interrupção do serviço.”

²¹ Segundo Peruzzo (1998), a Rádio Paranóica foi a primeira experiência de rádio livre no Brasil. “Seus idealizadores eram dois irmãos, na época com quinze e dezesseis anos de idade. O mais novo foi preso como subversivo, coisa que ele desconhecia o que significava. Seu interesse era apenas fazer rádio”.

²² Para se ter um exemplo, no ano de 1985 a cidade de São Paulo já apresenta dezenas de rádios livres, o que levou a criação da Cooperativa dos Rádio-Amantes.

continuassem preponderando o senso de ironia e a preocupação em ousar. (PERUZZO, 1998)

Com a promulgação da Constituição de 1988, que em seus artigos 5º e 220º, garantiam, respectivamente, “[...] assegurar como livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica de comunicação, independente de censura ou licença” e que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição [...]”, surge um forte movimento de reivindicações promovido por Organizações Não Governamentais, associações e movimentos sociais que exigiam a legalização das emissoras de radiodifusão de caráter alternativo e popular no país.

[...] a comunicação popular, que chamamos de comunitária, surge e se desenvolve articulada aos movimentos sociais como canal de expressão e meio de mobilização e conscientização das populações residentes em bairros periféricos e submetidas a carências de toda espécie; de escolas, postos de saúde, moradia digna, transporte, alimentação e outros bens de uso coletivo e pessoal, em razão dos baixos salários ou do desemprego. (PERUZZO, 2003, p.247)

Para esses movimentos, já passara do tempo em que as massas populares deveriam ter o direito de usufruir do sistema de radiodifusão em benefício social¹⁹.

O serviço de radiodifusão poderia ser utilizado para levar informação, promover debates sobre temas de interesse popular e abrir espaço para a participação de todos, afinal, como diria Vieira (2003, p.20):

Estar bem informado é estar garantido contra toda e qualquer espécie de discriminação, de abusos de poder político e econômico, de exploração do trabalho, da mulher e da infância, da mais-valia absoluta e relativa, do cerceamento à livre expressão do pensamento e da comunicação [...].

Na década de 1990, diante dos problemas sociais que ocorriam no país com uma forte variação espacial, o que caracterizava a existência de realidades diferenciadas nas diversas áreas do território brasileiro, e da tendência mundial de

¹⁹ Através da radiodifusão sonora seria possível levar informações às parcelas mais excluídas da sociedade brasileira, esclarecendo seus direitos e os meios possíveis de tirá-las da miséria social em que se encontravam.

valorização do local sobre o global, cresceu ainda mais as discussões acerca da legalização da radiodifusão sonora de baixa potência no país, chamada de comunitária, como um recurso de comunicação capaz de contribuir com a melhoria das condições de vida da parcela marginalizada da sociedade brasileira.

Na passagem dos anos 80 para os 90, com a tendência crescente de valorizar o espaço local e comunitário em contraponto à globalização, a mídia em geral liga-se a novas demandas e passa a prestar mais atenção nas questões de seu território. (GOMES, 2006, p. 24)

Após várias mobilizações, em 10 de abril de 1995, o então Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, “[...] recebeu em audiência, um grupo de representantes de rádios livres e comunitárias, reconheceu publicamente a existência de milhares de emissoras de baixa potência em todo o país e assumiu o compromisso de regulamentar seu funcionamento” (PERUZZO, 1998).

A audiência com o Ministro foi um marco histórico no processo de legalização da radiodifusão de baixa potência no Brasil, e, conseqüentemente, fundamental para a elaboração, em 1996, do Projeto de Lei nº 1.521, que após um longo período de discussão e votação no Congresso Nacional originou a Lei Federal nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998.

O Brasil chegou a figurar como o único país da América do Sul sem uma legislação para rádios de baixa potência, o que finalmente veio a ocorrer em dezembro de 1996, através do Projeto-de-Lei 1.521, o qual gerou muita polêmica, mas deu origem a Lei 9.612, em 19 de fevereiro de 1998. (COELHO e SILVEIRA, 1995 *apud*, PERUZZO, 1998)

Com a promulgação da referida Lei, a radiodifusão sonora comunitária estava legalmente instituída no Brasil e já era possível que os movimentos sociais executassem seus projetos de emissoras de rádio alternativo sem receberem a denominação de ilegais.

3.4 Distribuição espacial das Rádios Comunitárias no Brasil.

As Rádios Comunitárias estão legalmente no ar desde fevereiro de 1998, quando da publicação da Lei 9.612.

Desde a data da referida Lei até a atualidade, muitas foram as associações e fundações que adquiriram o direito legal de executarem serviço de radiodifusão no Brasil.

De acordo com os dados divulgados pelo Ministério das Comunicações, até março de 2008 existiam 2.373 Rádios Comunitárias legalmente em funcionamento no país, sendo que, dessas, 1.780 já havia conseguido a sua licença definitiva e 593 ainda funcionavam com decretos e licenças provisórias.

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E DISTRITO FEDERAL	Nº DE EMISSORAS COMUNITÁRIAS
Acre (AC)	2
Alagoas (AL)	39
Amapá (AP)	9
Amazonas (AM)	32
Bahia (BA)	165
Ceará (CE)	143
Distrito Federal (DF)	17
Espírito Santo (ES)	37
Goiás (GO)	120
Maranhão (MA)	101
Mato Grosso (MT)	46
Mato Grosso do Sul (MS)	54
Minas Gerais (MG)	443
Pará (PA)	41
Paraíba (PB)	98
Paraná (PR)	158
Pernambuco (PE)	124
Piauí (PI)	40
Rio de Janeiro (RJ)	61
Rio Grande do Norte (RN)	72
Rio Grande do Sul (RS)	129
Rondônia (RO)	23
Roraima (RR)	3
Santa Catarina (SC)	70
São Paulo (SP)	316
Sergipe (SE)	10
Tocantins (TO)	20
TOTAL	2.373

Tabela 1. Número de emissoras de Rádio Comunitárias com decreto legislativo no Brasil, 2008.
Fonte: Ministério das Comunicações.
Adaptação: Hiure Vilas Boas Gonçalves.

Uma análise da distribuição dessas emissoras pelo território nacional constata que a Região Sudeste do Brasil possui o maior número delas, 37% do total, onde se destaca, não apenas na Região, mas em todo o país, o estado de Minas Gerais, que sozinho possui 443 emissoras de Rádio Comunitárias.

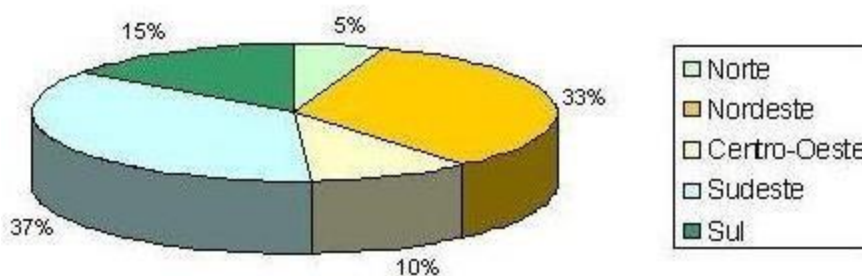


Gráfico 1. Distribuição das emissoras de Rádio Comunitárias com decreto legislativo no Brasil, 2008.

Fonte: Ministério das Comunicações.

Adaptação: Hiure Vilas Boas Gonçalves.

Segundo matéria divulgada no *site* do Observatório de Imprensa²⁰, onde é discutido um levantamento feito pelo Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (EPCOM) com base no Sistema de Controle de Radiodifusão da ANATEL, onde foi avaliada a distribuição regional das comunicações radiodifusoras no país, "[...] há uma forte concentração de outorgas e autorizações de serviços de radiodifusão nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil".

Ainda de acordo com a matéria divulgada, há uma relação direta entre a riqueza de cada Região brasileira, representada pelo seu Produto Interno Bruto (PIB), e o quantitativo de emissoras radiodifusoras de rádio e TV.

A grande surpresa que o estudo trouxe foi que, analisando apenas o quantitativo de emissoras de Rádio Comunitárias, a disparidade entre as cinco Regiões brasileiras diminui significativamente, ou seja, as rádios, na modalidade FM comunitárias é o veículo de comunicação eletrônica mais bem distribuído no território brasileiro.

²⁰ Matéria intitulada "Pobreza alimenta concentração nas comunicações brasileiras", escrita por Júlia Pitthan e divulgada em 30 de maio de 2006.

“Com PIB estimado em R\$ 858,7 bilhões - conforme Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2000/2003 -, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais possuem mil transmissoras de TV, 1,6 mil rádios comerciais e quase 900 comunitárias. A Região que possui o menor PIB - R\$ 77,4 bilhões - é também a que possui o menor número de emissoras e operadoras em comunicação. O Norte do país é a menos favorecida de todas as demais Regiões [...]. A ordem direta maior PIB-maior pluralidade encontra sua exceção quando se analisa o fenômeno da radiodifusão comunitária. O Nordeste do Brasil possui uma expressiva porcentagem na relação do quadro nacional.” (PITTHAN, Observatório de Imprensa, 30 mai. 2006)

É importante lembrar que, devido aos baixos custos que uma associação ou fundação precisa para colocar uma emissora comunitária no ar, e que em muitas das pequenas cidades brasileiras não existe outro veículo de comunicação local senão a Rádio Comunitária, ela encontra-se razoavelmente bem distribuída pelo país. A grande dificuldade na instalação das emissoras se deve principalmente à burocracia que permeia o processo de legalização perante o Ministério das Comunicações.

Analisando o gráfico 1, onde o total percentual de emissoras comunitárias no país está distribuído entre as cinco Regiões brasileiras, e os gráficos onde o total percentual está distribuído entre os estados de cada uma das cinco Regiões, verifica-se que a diferença quantitativa que há entre as cinco Regiões e entre os estados que as formam, se deve a um fator principal, o amadurecimento das discussões acerca da Comunicação Comunitária e dos recursos técnicos que se tem a disposição.

Assim, por exemplo, a Região Sudeste possui o maior número de emissoras comunitárias (37% do total nacional) por se configurar como responsável pela maior parte das discussões (através de Congressos e eventos de outras natureza) e produção teórica sobre Comunicação Comunitária no país, o que enriquece o quadro de experiências e estimula o surgimento de novas emissoras.

A mesma análise pode ser feita no interior de uma Região, entre os estados que a formam.

Esse é o exemplo do estado de Minas Gerais (detém 52% das emissoras comunitárias do Sudeste – gráfico 2) que desenvolve uma rica discussão e produção acadêmica acerca da Comunicação Comunitária, e do estado de Paraná (possui 44%

da emissoras comunitárias da Região Sul – gráfico 3), onde também há uma forte discussão teórica e grande produção acadêmica sobre o tema.

Os estados de Goiás (detém 51% da emissoras comunitárias da Região Centro-Oeste – gráfico 4), Bahia (possui 21% da emissoras comunitárias do Nordeste – gráfico 5) e Pará (detém 31% das emissoras comunitárias da Região Norte – gráfico 6) conseguem se destacar nas suas respectivas Regiões devido ao maior número de aglomerações urbanas, o que possibilita maior quantidade de outorgas concedidas pelo Ministério das Comunicações.

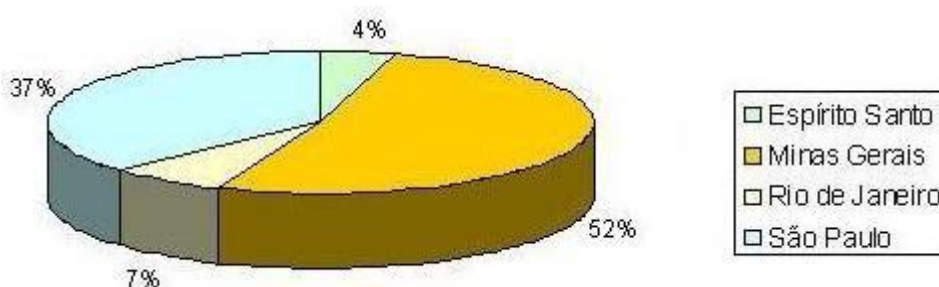


Gráfico 2. Distribuição das emissoras de Rádio Comunitárias com decreto legislativo na Região Sudeste, 2008.

Fonte: Ministério das Comunicações.

Adaptação: Hiure Vilas Boas Gonçalves.

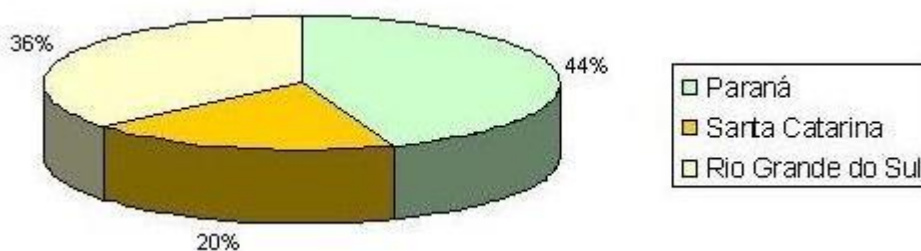


Gráfico 3. Distribuição das emissoras de Rádio Comunitárias com decreto legislativo na Região Sul, 2008.

Fonte: Ministério das Comunicações. Adaptação:

Hiure Vilas Boas Gonçalves.

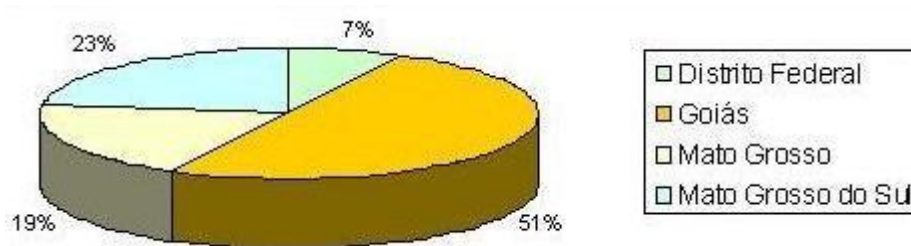


Gráfico 4. Distribuição das emissoras de Rádio Comunitárias com decreto legislativo na Região Centro-Oeste, 2008.

Fonte: Ministério das Comunicações.
Adaptação: Hiure Vilas Boas Gonçalves.

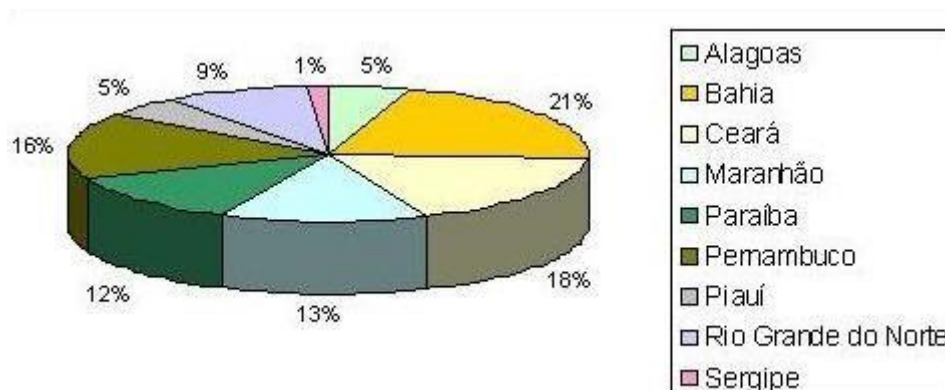


Gráfico 5. Distribuição das emissoras de Rádio Comunitárias com decreto legislativo na Região Nordeste, 2008.

Fonte: Ministério das Comunicações.
Adaptação: Hiure Vilas Boas Gonçalves.

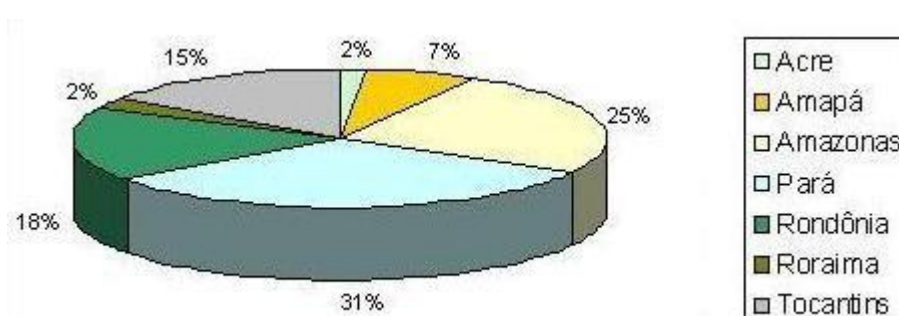


Gráfico 6. Distribuição das emissoras de Rádio Comunitárias com decreto legislativo na Região Norte, 2008.

Fonte: Ministério das Comunicações.
Adaptação: Hiure Vilas Boas Gonçalves.

3.5 As Rádios Comunitárias nos pequenos municípios brasileiros.

A legalização das Rádios Comunitárias trouxe avanços significativos para a desconcentração dos meios de comunicação de massa no Brasil.

Ainda marcado por uma grande concentração de emissoras de TV e rádio comerciais nos municípios economicamente mais ativos do país, com a Lei 9.612 foi aberta a possibilidade dos pequenos municípios brasileiros (carentes em recursos materiais e humanos para tocar grandes projetos de radiodifusão) romperem com essa situação e explorarem a radiodifusão sonora em escala local.

O direito de executar serviço de radiodifusão já era garantido em todo o território nacional mesmo antes da Lei 9.612, contudo, diante do objetivo que levou a promulgação da referida Lei (democratizar e regular a radiodifusão sonora de baixa potência no país), foi possível exaurir parte dos tramites burocráticos que ainda hoje permeiam a concessão de canais de rádio não-comunitárias, ou simplesmente emissoras de alta potência.

Devido a regulamentação das Rádios Comunitárias, muitos municípios brasileiros que já possuíam emissoras de rádio puderam ampliar o seu quantitativo e outros que sempre dependiam das ondas de rádio que vinham de longe, passaram agora a ter uma emissora em seu território, mesmo com uma potência que na maioria das vezes impossibilita a difusão das ondas a longas distâncias. Dentro desse contexto nascem muitas emissoras de Rádio Comunitárias.

Esse é o caso da Rádio Comunitária Contorno FM, que após entrar no ar em julho de 2001, tornou-se a primeira emissora de rádio do município de Capim Grosso.

Devido ao fato ser o único veículo de comunicação de massa no município e por conta da sua área de cobertura conseguir chegar em algumas direções a um raio de até 12 quilômetros²¹, graças às condições de relevo, a Rádio Comunitária de Capim

²¹ Segundo o presidente da emissora, Valter Oliveira Santos, “[...] o sinal da Rádio Contorno pode ser captado até fora dos limites do município. São exemplos: alguns pontos dos municípios de São José do Jacuípe, Quixabeira, Santa Luz e Caém.”

Grosso consegue levar seu serviço de comunicação a praticamente todo o município, com apenas algumas interferências nos locais mais distantes da antena emissora.

Em pesquisa de campo, foi constatado que no distrito de Pedras Altas, distante 20 quilômetros da sede do município, a cidade de Capim Grosso, as ondas da Rádio Contorno praticamente não conseguem chegar. Contudo, por iniciativas locais em parceria com a direção da emissora, as suas ondas são captadas por uma antena e, através de uma mesa de som, parte da sua programação é levada ao distrito por um sistema de fios, composto por caixas acústicas fixadas no alto dos postes de iluminação pública. Muitas pessoas não podem captar as ondas da Contorno pelo seu Rádio, mas podem acompanhar parte da sua programação através desse sistema de som. Tal parceria é um exemplo de estratégia que rompe com as limitações de espaço rígido de transmissão.

Como diria Mansano (2004): “A construção de uma comunidade e a convivência dentro da mesma não é simples. Envolve interesses, ideologias e paixões. Por outro lado, uma comunidade legítima oferece resultados tão consistentes que contagiam as pessoas envolvidas”.

Assim como o uso da *internet* é útil para levar a emissora comunitária a espaços globais, difundindo o serviço de radiodifusão de baixa potência no país, a utilização do sistema de som descrito no distrito de Pedras Altas, município de Capim Grosso é um exemplo de recurso útil para a formação de um espaço de relações integrado, composto por indivíduos unidos por uma rede de comunicação própria, onde é possível expressar-se e comunicar problemas comuns a uma mesma realidade espacial. Discutir sobre sua legalidade é tarefa menos importante, já que, por si só, a Lei é bastante restritiva e repressora.

3.6 Rádio Comunitária: pressões e desafios.

Há cerca de uma década atrás a Lei 9.612 foi sancionada pelo então presidente da República Federal do Brasil, Fernando Henrique Cardoso. Essa Lei representou avanços significativos na democratização da radiodifusão sonora de baixa potência²²

²² Ficou instituído pela própria Lei nº 9.612 que as emissoras de baixa potência deveriam operar com apenas 25 *watts*.

no país, porém, não o término das lutas entre sociedade civil organizada, interessada em realizar serviço de radiodifusão comunitária, representantes de rádios comerciais e governo.

Desde a década de 1960 as emissoras de rádio comerciais existentes no Brasil já se organizavam institucionalmente através da criação da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABERT).

Através da ABERT as emissoras comerciais passaram a ter mais força para explorarem o serviço de radiodifusão no país e para pressionarem o governo no combate às emissoras ilegais.

Com a normatização das Rádios Comunitárias, as represálias da ABERT e do próprio governo, através da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e da força coercitiva da Polícia Federal, não cessaram. Se a criação da Lei 9.612 representou uma conquista para as Rádios Comunitárias, com ela o governo pôde ter um melhor controle sobre o número de emissoras em funcionamento no país e punir aquelas que não cumprissem a Lei pertinente ao serviço radiodifusor.

As emissoras de Rádio Comunitária, amparadas pela Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRAÇO), contestam vários artigos da Lei 9.612, acreditando tratar-se na verdade de um mecanismo legal de controle e represália muito severo contra o crescimento das emissoras.

A Lei 9.612 [...] é o principal foco de reclamação do movimento, que a considera restritiva, na medida em que delimita o espaço físico de transmissão de tais emissoras em 1 Km, por se inspirar numa concepção geográfica e comunidade. Os representantes destas emissoras reclamam da legislação que regulamenta o serviço de radiodifusão comunitária, pelas limitações e restrições quanto à permissão de canais de transmissão, funcionamento e alcance. Eles reivindicam outro tipo de tratamento para as rádios comunitárias, argumentando que não são piratas, na medida em que não visam o lucro financeiro, mas a divulgação de temas de interesse da comunidade, assim como dar espaço à população marginalizada pelos veículos comerciais. (BAHIA, 2006)

A respeito da restrição ao alcance da transmissão das emissoras a uma área que configura espaço de comunidade, Oliveira (2000) diz:

Conceito puramente geográfico de comunidade [...] deveria ser, no mínimo, entendido como *locus* de compartilhamento de experiências e de valores identitários e coletivos, além de abrigar diferentes tipos de interesses. Se isto for levado em conta, o conceito de comunidade apresentado e a própria legislação deveriam ser profundamente reinterpretados. Por exemplo, na parte onde está previsto um único canal comunitário para cada vila ou bairro, o que reitera equivocadamente o conceito geográfico de comunidade. Isso impede o entendimento de que em uma mesma comunidade podem se manifestar, separadamente, diferentes “comunidades” em termos de interesses e valores culturais e que nem sempre tem interesse ou afinidades para se manifestarem em um mesmo canal. Por outro lado, há de convir que uma comunidade pode, simbolicamente, ultrapassar uma vila ou bairro.

Ao passo que a Lei 9.612 impõem um limite rígido para as emissoras comunitárias de apenas um 1 Km de raio a partir da antena de transmissão, ela mesmo cria um novo conceito de comunidade, que desconsidera as identidades e as afinidades entre os indivíduos que a formam. É, na verdade, um conceito puramente técnico.

Outro ponto que tem suscitado fortes reclamações dos representantes das Rádios Comunitárias diz respeito ao que a Lei 9.612 chama de “apoio cultural”. Em seu *Art. 18º* a Lei traz: “As prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária poderão admitir patrocínio, sob a forma de *apoio cultural*, para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida”.

Segundo o radialista Ney Oliveira²³, da Rádio Comunitária Contorno FM, em Capim Grosso (BA), “não existe um consenso entre rádios comunitárias e ANATEL sobre o que é o apoio cultural”, ou seja, a Lei não traz uma determinação do que vem a ser o apoio cultural.

É sabido pelas emissoras que este deve ser oferecido apenas por grupos financeiros e empresas de atuação na comunidade onde a emissora está inserida e que ele deve ser gasto na manutenção da emissora, contudo, nada existe na Lei 9.612 que contemple a distinção entre patrocínio de apoio cultural e patrocínio comercial.

Com essa indefinição as emissoras comunitárias se sentem desprotegidas contra as punições da ANATEL (normalmente através de multas), pois, diante da escassez

²³ Devido ao objetivo do presente trabalho o radialista Ney Oliveira foi entrevistado em 23 de abril de 2008.

de recursos (característica das emissoras comunitárias), muitas vezes elas aceitam apoios culturais que a agência reguladora (ANATEL) entenderá como patrocínio comercial.

Devido ao seu caráter eminentemente popular, exigido pela própria Lei 9.612 em seu Art. 3^o²⁴, as emissoras comunitárias também sofrem fortes pressões de grupos políticos locais²⁹ que, muitas vezes, tornam-se verdadeiros inimigos dessas emissoras, já que, a democratização da comunicação, possibilitada por elas, leva cidadãos insatisfeitos a denunciarem ações ilegais de prefeitos e vereadores e a reivindicarem melhorias sociais e estruturais em ruas, bairros, cidade ou município.

Assim, percebe-se que a legalização das emissoras de rádio comunitárias não significou o fim das represálias às manifestações populares pela democratização das comunicações no Brasil. Mesmo com a regulamentação do serviço de comunicação comunitária, as emissoras sobrevivem num ambiente de muitas represálias e punições que partem do Ministério das Comunicações, através da ANATEL e da Polícia Federal, e pressões das emissoras comerciais (através da ABERT) que vêem as emissoras comunitárias como concorrentes de audiência e patrocínios e de poderes públicos locais insatisfeitos com a democratização das emissoras.

As rádios convencionais têm receio da pulverização da audiência e da conseqüente perda de anunciantes. A prática tem demonstrado que pequenas emissoras comunitárias têm conseguido índices altos de audiência e de aceitação pelas comunidades locais. Primeiro porque desenvolvem uma programação sintonizada com os interesses, cultura e problemática locais. Segundo porque tem revelado grande capacidade de inovar programas e linguagens, o que as diferenciam das FMs tradicionais. Terceiro porque acabam revelando um grande potencial de atrair os anunciantes locais tanto pelo preço mais baixo das inserções, quanto pela possibilidade da alta segmentação de mercado, ou seja, atingem diretamente o público-alvo do anunciante local.

Todavia, dinheiro não é tudo que interessa, não é o único motivo para a contestação às rádios comunitárias. Elas são portadoras de um conteúdo político que amedronta os três poderes constituídos: “Elas subvertem o poder exercido pela oligarquia local ou desmascaram seu caráter antipopular. [...] O grande perigo das rádios comunitárias está na cidadania que ela faz despertar no ouvinte, ao promover a troca de papéis: de ouvinte, o cidadão passa a falante e os mandões locais [...] de falantes a ouvintes. [...] É insuportável aos membros do Poder Judiciário, por exemplo, ouvir depoimentos de trinta ou cinquenta queixosos, de que as filas à porta dos tribunais de pequenas causas não avançam”. (PERUZZO, 1998)

²⁴ “O serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a: *Inciso I* – dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; *Inciso II* – oferecer mecanismos à formação e integração

da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; *Inciso III* – prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; *Inciso IV* – contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; *Inciso V* – permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível”.

²⁹

É importante lembrar que a maioria das emissoras comerciais do Brasil são controladas por grupos políticos, por isso, os interesses dessas emissoras e, conseqüentemente, as suas programações, são organizadas em benefício aos grupos que as dominam. Vale citar, como exemplo, o forte papel que essas emissoras possuem nas campanhas eleitorais de vereadores e prefeitos nas pequenas e médias cidades brasileiras, onde os candidatos mais favoráveis à emissora são protegidos contra as acusações e os protestos no ar.

Para resistirem a essas pressões e represálias, além de se associarem a ABRAÇO, que lhes oferecem apoio jurídico e técnico, as emissoras comunitárias normalmente unem-se a associações, sindicatos, cooperativas e fundações que também estão a favor do social. Nas pequenas cidades brasileiras são exemplos de entidades que normalmente são parceiras das Rádios Comunitárias: Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Associações de Bairros, ONGs, etc.

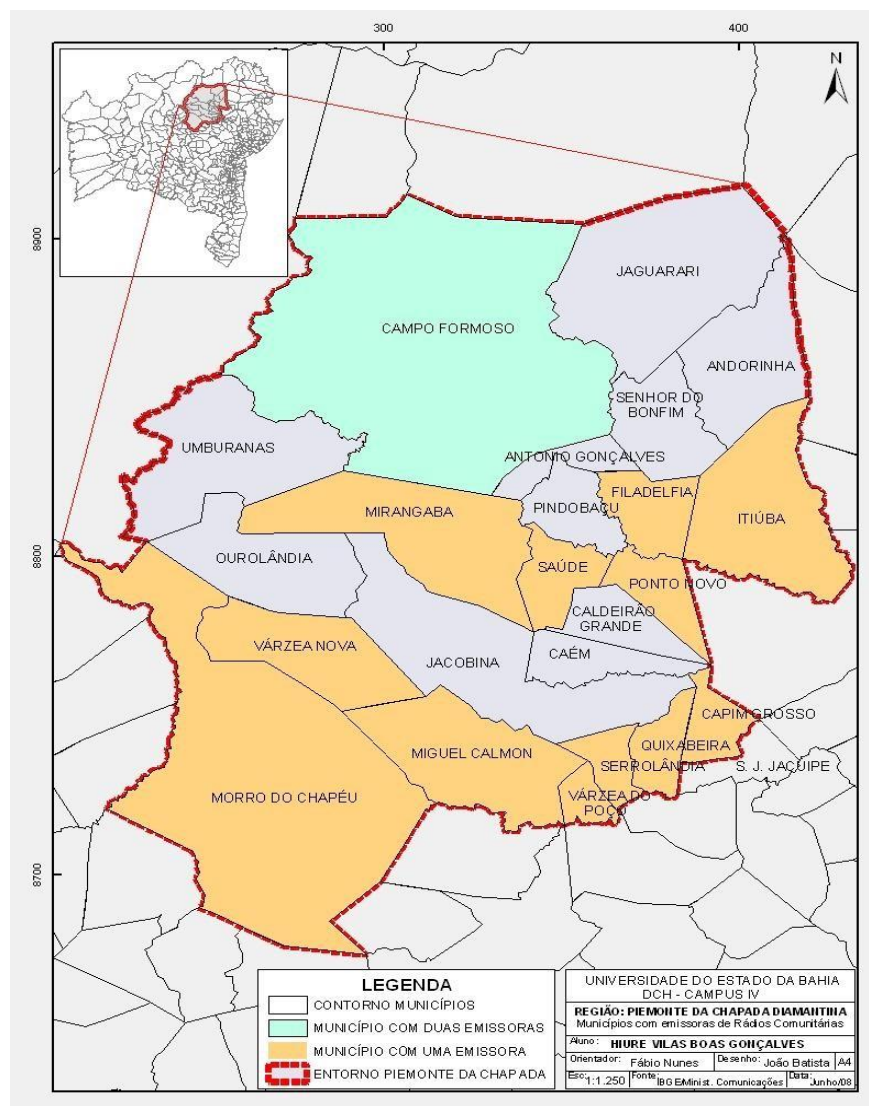
Com essas parcerias, as Rádios Comunitárias conseguem suportar melhor a repressão da ANATEL e as retaliações das rádios comerciais e poderes públicos locais.

4. RÁDIO COMUNITÁRIA CONTORNO FM

4.1 Localização do município de Capim Grosso

O município de Capim Grosso está localizado nas coordenadas 11° 26' de latitude sul e 40° 01' de longitude oeste.

Situado na Região denominada de Piemonte da Diamantina, Capim Grosso faz limites com os municípios de Caém, Jacobina, Quixabeira, São José do Jacuípe, Queimadas e Santa Luz e está a 270 quilômetros de distância da capital do estado.



Mapa 1. Região Piemonte da Diamantina – Municípios com emissoras de Rádios Comunitárias com decreto legislativo, 2008.

Elaboração: João Batista, 2008

Com uma população total de 27.005 habitantes (IBGE, 2007), o município de Capim Grosso apresenta vários problemas de ordem social (desemprego, violência, exploração infantil, etc) que configuram prejuízo ao exercício da cidadania.

Como única emissora de radiodifusão do município, a Rádio Comunitária Contorno FM, além de abrir espaço para a comunidade transmitir suas mensagens, discute constantemente os problemas sociais que implicam prejuízos nas condições de vida dos capimgrossenses, o que a torna um veículo de comunicação importante nas relações sociais que se estabelecem no município.

4.2 Pedido de concessão e montagem da emissora.

Até o ano de 2001, o município de Capim Grosso ainda não possuía emissora de rádio²⁵. As ondas captadas pelos aparelhos de rádio dos capimgrossenses vinham de emissoras comerciais instaladas em cidades da região, como: Jacobina, Campo Formoso e Senhor do Bonfim.

Além de terem uma programação voltada para a realidade da cidade onde estavam instaladas, todas as emissoras ouvidas em Capim Grosso eram comerciais e, portanto, alheias a qualquer interesse que não fosse financeiro. Para os capimgrossenses, a importância dessas emissoras era restrita às suas programações musicais e aos informativos regionais, nacionais e internacionais.

Informadas a respeito do Projeto de Lei nº 1.521 de 1996, que tratava da aprovação de uma legislação federal específica para a radiodifusão sonora alternativa no Brasil, pessoas do município de Capim Grosso, entre elas funcionários públicos e representantes da Igreja Católica, uniram forças para lutarem pela criação de uma Rádio Comunitária na cidade.

Antes mesmo da publicação da Lei 9.612, em 19 de fevereiro de 1998, foi registrado em cartório civil, em 12 de fevereiro de 1998, o estatuto da Associação Comunitária e Cultural Contorno de Capim Grosso (ASCOMCCG).

Com a publicação da Lei 9.612, a ASCOMCCG tornou-se então a entidade mantenedora da emissora de Rádio a ser criada, cumprindo uma exigência da referida Lei em seu *Art. 7º*:

São Competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos desde que legalmente constituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Através da ASCOMCCG, que teve como primeiro presidente o funcionário público estadual José Valdice Ferreira Sales, conhecido na comunidade como “Valdir do Fórum”, começou a luta pela concessão de funcionamento da emissora de Rádio Comunitária em Capim Grosso.

²⁵ Durante a década de 1990 houve várias tentativas de realizar serviço de radiodifusão sonora comercial na cidade de Capim Grosso, contudo, como nenhuma delas possuía concessão do Ministério das Comunicações, todas foram fechadas pela Polícia Federal.

Enquanto realizava todas as etapas exigidas pelo Ministério das Comunicações (responsável pela concessão), que exigia preenchimento de formulários e envio de documentação à medida que o processo avançava, a ASCOMCCG buscava doações em dinheiro e de aparelhos necessários para a montagem do estúdio da emissora.

Motivada pela oportunidade de ter uma emissora de rádio a seu serviço, a própria comunidade contribuiu com doações financeiras e materiais (CDs, aparelhos de som, móveis, etc).

Segundo o atual presidente da ASCOMCCG, Valter Oliveira Santos, um dos principais agentes mobilizadores na busca por doações foi o padre italiano Xavier Michelle, que, diante da credibilidade que conquistou pelo trabalho social que já desenvolvia na região²⁶, conseguiu doações internacionais, vindas principalmente da Holanda, Estados Unidos e Canadá, que somavam a boa quantia de R\$ 10.000,00.

Após o recolhimento das doações e aquisição de aparelhos, estava montado o estúdio da emissora em prédio alugado na Praça Oliveira, Bairro Oliveira, restava aguardar a concessão do Ministério das Comunicações.

4.2 Rádio Contorno, finalmente no ar.

Depois de um longo tempo de espera, em 30 de julho de 2001 a ASCOMCCG finalmente obteve a licença provisória de funcionamento de Rádio Comunitária, que passara a ser chamada de Contorno FM.

²⁶ O Padre Xavier Michelle foi idealizador e executor de vários projetos sociais de sucesso no município de Capim Grosso e região, são exemplos, a Escola Família Agrícola (EFA) do povoado de Jabuticaba e o Projeto Vaca Mecânica, responsável pela distribuição de leite de soja às famílias carentes da zona rural dos municípios de Capim Grosso e Quixabeira.

Por determinação da ANATEL, a Rádio Comunitária Contorno FM operaria no canal 104,9 Mhz ²⁷ e, como toda emissora comunitária legalmente instituída, obedeceria às limitações previstas na Lei 9.612²⁸.

Tais limitações configuram-se na verdade como mecanismos institucionais de controle do processo de democratização do rádio brasileiro. Trata-se dos meios pelos quais o Estado, pressionado pela Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABERT), pode manter o fenômeno da comunicação comunitária sob seu domínio, impedindo o crescimento das emissoras. Como diria Oliveira (2006):

[...] é exatamente a possibilidade de promover o rompimento com a espiral do silêncio e com a lógica preferencial do lucro das emissoras comerciais que levou o governo federal a produzir uma legislação bastante restritiva às emissoras comunitárias.

Diante das pressões e represálias que as Rádios Comunitárias sofrem da ABERT, ANATEL, Polícia Federal e poderes públicos locais, a Rádio Contorno, logo após entrar no ar, afiliou-se a ABRAÇO Sisal²⁹, sediada na cidade de Valente, pois, além do apoio técnico que a entidade poderia oferecer, através dela seria possível lutar com força maior pelos interesses das Rádios Comunitárias da região.

A Abraço Sisal é a Associação de rádios e TVs comunitárias do território sisaleiro, sediada na cidade de Valente, ela foi criada com o objetivo de defender e representar legalmente as associações de comunicação comunitária dentro do território sisaleiro para melhor contribuírem com a construção do desenvolvimento no semi-árido baiano. Sua meta principal é organizar, articular e assessorar política e juridicamente Rádios, TVs, Jornais e Agências de comunicação comunitárias a ela filiadas, além de capacitar comunicadores comunitários em temas atuais

²⁷

3

2

O canal, determinado pela ANATEL, refere-se à faixa de sintonia em que a emissora de rádio deve funcionar. No caso daquela que opera em FM, pode variar de 88 a 108 Mhz.

²⁸

3

3

De forma geral, a Lei citada determina que as rádios comunitárias devem operar em baixa potência (25 watts) e cobrir uma área restrita de apenas 1 quilômetro de raio a partir da antena emissora, a qual não pode exceder a altura de 30 metros.

²⁹ A ABRAÇO-Sisal é a entidade regional de rádios comunitárias. Ela é filiada à ABRAÇO-estadual e à ABRAÇO-nacional.

e fundamentais para a democratização da comunicação e o desenvolvimento local. (ABRAÇO Sisal, www.abracosisal.com.br; acesso em 5 mai. 2008)

Além disso, ao afiliar-se à ABRAÇO Sisal, a Rádio Contorno também passaria a ter o apoio técnico do Movimento de Organizações Comunitárias (MOC), o qual atua no sentido de contribuir com o desenvolvimento dos territórios do Sisal, Piemonte da Diamantina, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão³⁰, a partir de projetos independentes e parcerias com associações, ONGs e sindicatos de atuação nos respectivos territórios.

O MOC (Movimento de Organização Comunitária) é uma organização não governamental sediada em Feira de Santana, Bahia, que busca contribuir para o desenvolvimento integral, participativo e ecologicamente sustentável do semi-árido baiano e desenvolve ações estratégicas nas áreas de educação do campo, fortalecimento da agricultura familiar, água e segurança alimentar, criança e adolescente, gênero, comunicação e políticas públicas. (MOC, www.moc.org.br; acesso em 10 abr.2008)

Com a Rádio Contorno a comunidade passou a ter um instrumento de comunicação sempre aberto para a expressão popular. Através dela a comunidade pode solicitar auxílio material para pessoas necessitadas (remédios, material de construção, alimento, dinheiro, etc), denunciar as represálias e descasos dos poderes públicos locais, convocar pessoas a participarem de reuniões de entidades, além de divulgar diversos informes de interesse coletivo.

Um dos pressupostos básicos da rádio comunitária é o envolvimento da comunidade, maior do que a de um ouvinte que pede músicas ou bate-papo com locutores. Ou seja, uma rádio comunitária não precisa reproduzir as emissoras comerciais para ter sucesso. Ela tem se revelado como uma outra rádio, uma rádio sem fins lucrativos e movida pelos objetivos de colocar o canal de comunicação nas mãos do “povo” para que as pessoas possam ecoar suas diferentes vozes [...]. (PERUZZO, 2005)

Passados dois anos da conquista da licença provisória, em 19 de agosto de

³⁰ Territorialização Rural do Estado da Bahia, CET (Coordenação Estadual dos Territórios), 2008. Acessado em www.moc.org.br, em 10 abr. 2008.

2003, a Rádio Contorno adquiriu a sua licença permanente ou outorga de funcionamento, válida por 10 anos. Essa conquista representou de uma vez por todas que a Rádio Contorno tinha chegado para ficar e servir a toda comunidade capingrossense.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA		Nº: 001528/2001	
LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA		FLS: 001/001	
NOME/RAZÃO SOCIAL ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA CONTORNO - CNPJ: 02.416.971/0001-42		Nº DA ENTIDADE 50011361484	
Nº DA ESTAÇÃO 631398023	SERVIÇO Radiodifusão Comunitária	NAT. SERV. *****	LATITUDE 11S225200
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO PRAÇA OLIVEIRA 340		DISTRITO *****	
BAIRRO CENTRO		MUNICÍPIO CAPIM GROSSO	UF BA
CIDADE DA OUTORGA : NOME FANTASIA : FREQUÊNCIA : HORÁRIO FUNCIONAMENTO : INDICATIVO DA ESTAÇÃO :		Número Processo : CANAL : RAIO DA AREA DE SERVIÇO : PERP MAXIMA :	
ESTÚDIO ENDEREÇO : MUNICÍPIO : TRANSMISSOR PRINCIPAL CÓDIGO : TRANSMISSOR AUXILIAR CÓDIGO :		LOCALIDADE : UF : MODELO : POTÊNCIA : MODELO : POTÊNCIA :	
ANTENA FABRICANTE : GANHO : DESCRIÇÃO : COTA BASE DA TORRE :		MODELO : POLARIZAÇÃO : ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO :	
A EMISSORA DO RADCOM OPERARÁ SEM DIREITO A PROTEÇÃO CONTRA EVENTUAIS INTERFERÊNCIAS CAUSADAS POR ESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE RADIODIFUSÃO REGULARMENTE INSTALADAS.			
IMPRESSA EM 01/03/2007			
OBSERVAÇÕES 02.416.971/0001-42		Licenciada Em 19/08/2003	VÁLIDA ATÉ 21/05/2013
 Helio Costa Ministro das Comunicações			

Foto 1. Comprovante de outorga de funcionamento da Rádio Comunitária Contorno FM, 2003.
Fonte: Rádio Comunitária Contorno FM, 2008.

4.3 A Rádio Contorno hoje.

Desde que entrou no ar, em julho de 2001, a Rádio Contorno vem passando por mudanças técnicas e estruturais que, segundo o seu atual presidente³¹, “são

³¹ Antecedido por José Valdice Ferreira Sales e Maria de Lourdes Carneiro, atualmente, o presidente da entidade que mantém a emissora, a ASCOMCCG, é Valter Oliveira Santos.

necessárias para aperfeiçoar o serviço de comunicação oferecido à comunidade de Capim Grosso”.

Para tanto, foram substituídos os aparelhos originais que compunham o estúdio, foi comprado automóvel Volkswagen Fusca, ano 1979, depois trocado por um Fiat Uno, ano 1993, e foram adquiridos computadores novos para a emissora³².

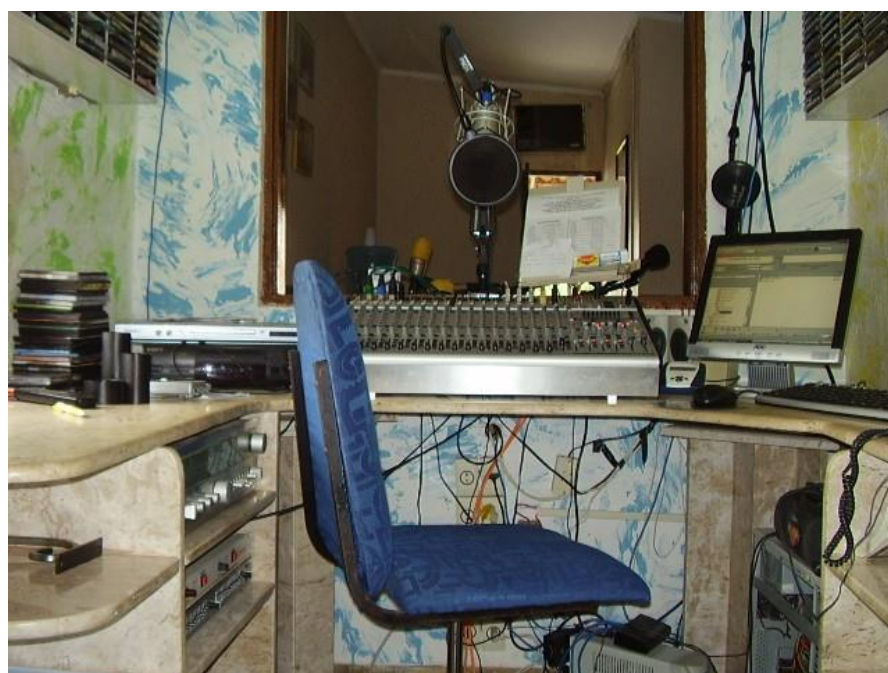


Foto 2. Estúdio atual da Rádio Comunitária Contorno FM.

Fonte: Hiure Vilas Boas Gonçalves, 2008.

³² Hoje, a emissora possui 6 computadores, dos quais, 2 são *notebooks*.



Foto 2. Automóvel atual da Rádio Comunitária Contorno FM.

Fonte: Hiure Vilas Boas Gonçalves, 2008.

Além disso, a partir do Conselho Comunitário³³³⁴, constituído por representantes de entidades da comunidade, foram feitas avaliações anuais da programação da emissora, onde, em 2005, ficou decidido pelo Conselho que a emissora deveria passar por uma reestruturação. Segundo Valter Oliveira, presidente da emissora desde 2005, para reestruturá-la, e, conseqüentemente, oferecer um serviço de maior qualidade à comunidade, foram feitas alterações na estrutura da programação e substituição de alguns colaboradores que atuavam na apresentação dos programas³⁵.

³³ A formação do Conselho Comunitário é uma das exigências previstas pela Lei. 9.612 em seu Art.

³⁴ 0:

“A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no Art. 4º desta Lei.”

³⁵

3

9

Ainda de acordo com Valter Oliveira, na Rádio Contorno não existem funcionários, todos que prestam serviço na emissora são colaboradores que normalmente apresentam programas no espaço concedido para as entidades que representam (exemplo do programa “Homem do Campo”, apresentado por pessoas do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Capim Grosso – STTR) ou colaboradores remunerados (total de 11 pessoas) em valores percentuais dos apoios culturais conseguidos para os programas apresentados, neste caso, além de dedicarem diariamente boa parte dos seus tempos, exercem funções bastante técnicas. No total, a emissora conta com 30 colaboradores representando STTR, Rotary Clube, Igreja Católica, Igrejas Evangélicas entre outras entidades.

Para o presidente, bons resultados foram conquistados com essa reestruturação, pois, segundo ele, “a programação ficou muito mais enxuta e condizente com o que a comunidade queria”.

Segundo Peruzzo (2005) uma emissora de Rádio Comunitária deve:

[...] abrir espaço na programação para que os grupos organizados locais possam veicular seus próprios programas. Oferecer espaço para o cidadão se expressar, independente de credo que professa e de suas convicções políticas. [...] oferecer uma programação no contexto de uma práxis que contribua para o desenvolvimento da cultura e da educação não-formal.

Com isso, o autor levanta três pontos principais que toda e qualquer emissora de rádio comunitária deve contemplar na sua programação. O primeiro diz respeito ao poder que os grupos organizados da comunidade têm de utilizar o espaço da emissora para realizar seus próprios programas, o segundo refere-se ao fato de que a distribuição do espaço deve ser feita de forma imparcial, independente de diferenças culturais, econômicas e políticas, e o terceiro trata do oferecimento de uma programação que contribua para o amadurecimento sócio-educativo da comunidade atendida.

Uma análise da programação de 19 horas diárias da Rádio Contorno durante a semana, sugere algumas conclusões.

SEGUNDA-FEIRA			
HORÁRIO	PROGRAMA	TIPOLOGIA	APRESENTAÇÃO
05:00 às 07:00	Acorda meu povo	Musical/Informativo	Panka
07:00 às 08:00	Espaço sagrado	Musical/Informativo	Igrejas Evang. e Católica
08:00 às 11:00	Programa legal	Musical	George Santos
11:00 às 12:00	Toque de amor	Musical	Lindiciane Rios
12:00 às 13:15	Notícias da Contorno	Jornalismo	Ney Oliveira
13:15 às 14:00	Saudade à flor da pele	Musical	Lindiciane Rios
14:00 às 17:00	Festa do ouvinte	Musical/Informativo	Arnaldo Silva
17:00 às 19:00	No terreiro da fazenda	Musical	Panka
19:00 às 20:00	A voz do Brasil	Jornalismo	Radiobrás
20:00 às 23:00	Musical dentro da noite	Musical	Jean Carlos

23:00 às 24:00	Bônus da Contorno	Musical	Sistema automático
TERÇA-FEIRA			
HORÁRIO	PROGRAMA	TIPOLOGIA	APRESENTAÇÃO
05:00 às 07:00	Acorda meu povo	Musical/Informativo	Panka
07:00 às 08:00	Espaço sagrado	Musical/Informativo	Igrejas Evang. e Católica
08:00 às 11:00	Programa legal	Musical	George Santos
11:00 às 12:00	Toque de amor	Musical	Lindiciane Rios
12:00 às 13:15	Notícias da Contorno	Jornalismo	Ney Oliveira
13:15 às 14:00	Saudade à flor da pele	Musical	Lindiciane Rios
14:00 às 17:00	Festa do ouvinte	Musical/Informativo	Arnaldo Silva
17:00 às 19:00	No terreiro da fazenda	Musical	Panka
19:00 às 20:00	A voz do Brasil	Jornalismo	Radiobrás
20:00 às 23:00	Musical dentro da noite	Musical	Rubinho Freitas
23:00 às 24:00	Bônus da Contorno	Musical	Sistema automático
QUARTA-FEIRA			
HORÁRIO	PROGRAMA	TIPOLOGIA	APRESENTAÇÃO
05:00 às 07:00	Acorda meu povo	Musical/Informativo	Panka
07:00 às 08:00	Espaço sagrado	Musical/Informativo	Igrejas Evang. e Católica
08:00 às 11:00	Programa legal	Musical	George Santos
11:00 às 12:00	Toque de amor	Musical	Lindiciane Rios
12:00 às 13:15	Notícias da Contorno	Jornalismo	Ney Oliveira
13:15 às 14:00	Saudade à flor da pele	Musical	Lindiciane Rios
14:00 às 17:00	Festa do ouvinte	Musical/Informativo	Arnaldo Silva
17:00 às 19:00	No terreiro da fazenda	Musical	Panka
19:00 às 20:00	A voz do Brasil	Jornalismo	Radiobrás
20:00 às 23:00	Musical dentro da noite	Musical	Jean Carlos
23:00 às 24:00	Bônus da Contorno	Musical	Sistema automático

QUINTA-FEIRA			
HORÁRIO	PROGRAMA	TIPOLOGIA	APRESENTAÇÃO
05:00 às 07:00	Acorda meu povo	Musical/Informativo	Panka
07:00 às 08:00	Espaço sagrado	Musical/Informativo	Igrejas Evang. e Católica
08:00 às 11:00	Programa legal	Musical	George Santos
11:00 às 12:00	Toque de amor	Musical	Lindiciane Rios
12:00 às 13:15	Notícias da Contorno	Jornalismo	Ney Oliveira
13:15 às 14:00	Saudade à flor da pele	Musical	Lindiciane Rios
14:00 às 17:00	Festa do ouvinte	Musical/Informativo	Arnaldo Silva
17:00 às 19:00	No terreiro da fazenda	Musical	Panka
19:00 às 20:00	A voz do Brasil	Jornalismo	Radiobrás
20:00 às 23:00	Musical dentro da noite	Musical	Rubinho Freitas
23:00 às 24:00	Bônus da Contorno	Musical	Sistema automático

SEXTA-FEIRA			
HORÁRIO	PROGRAMA	TIPOLOGIA	APRESENTAÇÃO
05:00 às 07:00	Acorda meu povo	Musical/Informativo	Panka
07:00 às 08:00	Canal livre	Debate informativo	Arnaldo Silva
08:00 às 11:00	Programa legal	Musical	George Santos
11:00 às 12:00	Toque de amor	Musical	Lindiciane Rios
12:00 às 13:15	Notícias da Contorno	Jornalismo	Ney Oliveira
13:15 às 14:00	Saudade à flor da pele	Musical	Lindiciane Rios
14:00 às 17:00	Festa do ouvinte	Musical/Informativo	Arnaldo Silva
17:00 às 19:00	No terreiro da fazenda	Musical	Panka
19:00 às 20:00	A voz do Brasil	Jornalismo	Radiobrás
20:00 às 23:00	Musical dentro da noite	Musical	Jean Carlos
23:00 às 24:00	Bônus da Contorno	Musical	Sistema automático
SÁBADO			
HORÁRIO	PROGRAMA	TIPOLOGIA	APRESENTAÇÃO
05:00 às 07:30	Acorda meu povo	Musical/Informativo	Panka
07:30 às 08:00	Homem do campo	Informativo	Sind. dos Trab. Rurais
08:00 às 12:00	Agito geral	Musical	Lindiciane Rios
12:00 às 13:00	Giro esportivo	Jornalismo esportivo	Pingüim Lima
13:00 às 14:00	Pagode	Musical	Sistema automático
14:00 às 18:00	Agito geral	Musical	Jean Carlos
18:00 às 19:00	Espaço sagrado	Musical/Informativo	Igrejas Evang. e Católica
19:00 às 20:00	Especial Contorno FM	Musical	Rubinho Freitas
20:00 às 23:00	Frequência máxima	Musical	Rubinho Freitas
23:00 às 24:00	Bônus da Contorno	Musical	Sistema automático
DOMINGO			
HORÁRIO	PROGRAMA	TIPOLOGIA	APRESENTAÇÃO
05:00 às 07:00	Musical	Musical	Sistema automático
07:00 às 08:00	Igreja Bresbiteriana	Musical/Informativo	Igreja Bresbiteriana
08:00 às 12:00	Paradão da Contorno	Musical	Rubinho Freitas
12:00 às 13:00	Queremos ver Jesus	Musical/Informativo	Igreja Católica
13:00 às 17:00	Musical	Musical	Sistema automático
17:00 às 18:00	Igreja Assem. de Deus	Musical/Informativo	Igreja Assem. de Deus
18:00 às 24:00	Musical	Musical	Sistema automático

Quadro 1. Programação da Rádio Comunitária Contorno FM, 2008.

Fonte: Site da emissora (www.contornofm.com.br).

Elaboração: Hiure Vilas Boas Gonçalves.

A emissora apresenta uma programação variada, com programas que podem ser genericamente denominados de musicais, musicais/informativos, debate/informativos,

jornalísticos e jornalísticos esportivos, e que às vezes são apresentados por entidades e grupos da comunidade, são exemplos, os programas apresentados pelas Igrejas Católica e Evangélicas e pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR).

As críticas a serem feitas são devidas a dois fatos identificados na sua rede de programação. A primeira é que apesar de haver a participação de grupos organizados da comunidade na programação da emissora, estes deveriam ser em maior número, pois, como visto na análise do quadro 1, as únicas entidades que efetivamente apresentam programa na emissora são as igrejas e o STTR. Nesse sentido vale ressaltar a importância de espaços reservados para as associações de bairros e os conselhos municipais, que muitas vezes podem conseguir esse espaço, mas não tem o interesse de buscá-lo frente aos dirigentes da emissora. A outra crítica refere-se à concentração dos espaços da programação semanal nas mãos de apenas 8 apresentadores colaboradores, pois, diante dessa pouca rotatividade de apresentadores a emissora pode perder o seu caráter de gestão e participação popular para tornar-se uma emissora sob domínio de um grupo exclusivo.

Sobre isso, Peruzzo (2005) diz:

Um dos pressupostos básicos da rádio comunitária é o envolvimento da comunidade, maior do que a de um ouvinte que pede músicas ou bate-papo com os locutores. Ou seja, uma rádio comunitária não precisa reproduzir as emissoras comerciais para ter sucesso. Ela tem se revelado como uma outra rádio, uma rádio sem fins lucrativos e movida pelos objetivos de colocar o canal da comunicação nas mãos do “povo” para que as pessoas possam ecoar suas diferentes vozes e participar de todo o processo de fazer rádio: participar da gestão, produzir programas e planejar toda a estratégia da emissora. Claro que não é possível que todos participem de tudo. Mas, todos podem ter seus canais de participação mediante as boas e tradicionais regras de representação, eleição e rotatividade de mandatos.

Ainda em relação ao oferecimento de melhores serviços à comunidade, foi criado em 2006 o *site* da emissora, que oferece informações sobre os objetivos da emissora, parceiros, sócios, equipe de colaboradores e programação.

De acordo com Peruzzo (2005), “com a democratização do acesso à internet em curso, o rádio de baixa potência – especificamente a emissora comunitária – passou também a utilizar desse canal para transmissão de suas mensagens”, ou seja, embora

restrita a um espaço local, as emissoras comunitárias, através da rede mundial de computadores, podem agora atingir o espaço global.

Sugerindo uma classificação dos tipos de emissoras de Rádio Comunitárias que fazem uso da internet para divulgação do seu trabalho, Trigo-de-Souza (2002 *apud*, Peruzzo, 2005) distingue as rádios *on-line* das rádios *off-line*. Para ela, as emissoras *on-line* são aquelas que além de divulgarem, através dos seus respectivos *sites*, informações sobre a emissora, notícias da comunidade onde está instalada e apresentarem *links* com outras entidades de interesse popular, também possibilitam o acompanhamento em tempo real da sua programação, já as rádios *off-line* oferecem apenas informações e notícias nos seus sites.

No caso da Contorno FM, uma avaliação do seu *site* (www.contornofm.com.br) caracteriza-a como rádio *on-line*, ou seja, que pode ser ouvida também pela internet. Aqueles que queiram acompanhar o que se passa na emissora e na comunidade de Capim Grosso mesmo estando fora do seu alcance de transmissão, podem acompanhar sua caixa de mensagens e o seu mural de notícias no *site*, mas também ouvi-la em tempo real pela internet.

Apesar do predomínio das emissoras *off-line* no Brasil, esse recurso deve ser considerado com um meio das emissoras comunitárias conseguirem romper com as limitações previstas pela Lei 9.621, a qual limita a área de cobertura das Rádios Comunitárias a um raio de apenas 1 quilômetro. Através da internet é possível levar a emissora comunitária ao espaço global.

4.4 Captação de recursos e perspectivas futuras.

Com relação ao recurso financeiro necessário para manter a emissora em funcionamento, há dois meios de captação. O primeiro diz respeito às mensalidades, no valor de R\$ 10,00, pagas pelos associados da ASCOMCCG³⁶ e o segundo, de

³⁶ Embora o número de associados da entidade mantenedora da emissora (ASCOMCCG) que participam regularmente das assembleias e contribuem com o pagamento das mensalidades seja 50, o número total de associados chega a 160, o que caracteriza um grande descompasso entre a relevância da Rádio Contorno para a comunidade e o suporte oferecido por esta a emissora.

maior representatividade, são os apoios culturais³⁷ oferecidos pelas empresas e entidades que fazem uso da programação da emissora para a divulgação dos seus produtos e serviços.

De acordo com o presidente da Contorno FM, os recursos que têm sido captados pela associação e pela emissora, além de custearem as despesas da mesma com manutenção de estúdio, pagamento de colaboradores, aluguel de prédio, combustível, aquisição de novos equipamentos e outras despesas, estão sendo gastos no pagamento do terreno onde é pretendida a construção da sede própria da emissora.

Ainda segundo ele, “o objetivo principal da emissora hoje é a construção da sua sede própria, pois a sede atual, além de exigir pagamento de aluguel, limita melhorias estruturais na emissora³⁸”.

Com essas melhorias, os dirigentes atuais da Rádio Contorno esperam montar na sede da emissora a primeira biblioteca pública virtual do município de Capim Grosso. Segundo Valter Oliveira, “o projeto está pronto e os recursos é possível conseguir, o que falta para concretizá-lo é espaço de instalação da biblioteca, que deve ser na sede da emissora”.

Além disso, espera-se que a legislação das Rádios Comunitárias seja alterada em futuro próximo, minimizando as represálias sobre as emissoras, possibilitando o aumento das suas capacidades de transmissão e conseqüentemente garantindo a continuidade do serviço de comunicação numa perspectiva de desenvolvimento.

³⁷ Os valores dos apoios culturais variam de acordo com o número de chamadas que o *jingle* da entidade ou empresa terá durante a programação e também com o horário escolhido para a divulgação.

³⁸ Em entrevista, o presidente afirma que a Rádio Contorno possui um projeto de montagem de uma Biblioteca Pública Virtual que ainda não foi concretizado por conta das limitações que o espaço atual da emissora apresenta.



Foto 4. Sede atual da Rádio Comunitária Contorno FM.
Fonte: Hiure Vilas Boas Gonçalves, 2008.

4.5 A audiência da emissora.

Como visto no seu quadro de programação, a Rádio Contorno oferece uma variedade de programas que se não agrada a toda a comunidade, pelo menos consegue ter a audiência dela.

Em consulta realizada durante a aplicação de questionários, foi verificado que todas as pessoas consultadas admitiram acompanhar a programação da emissora.

Destas, 50% admitiram acompanhá-la apenas às vezes, enquanto 50% afirmaram *sempre* acompanhar a sua programação.

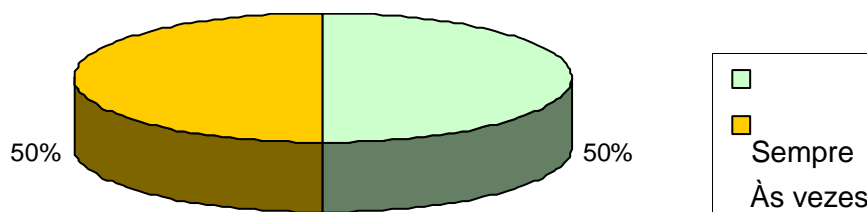


Gráfico 7. Acompanhamento da programação diária da Rádio Comunitária Contorno FM pela comunidade, 2008.

Elaboração: Hiure Vilas Boas Gonçalves.

Quando foram perguntadas a respeito do programa que mais acompanham pela emissora, as respostas não variaram muito. A maior parte das pessoas (63%) afirmaram que o programa *Notícias da Contorno* é aquele que mais acompanham na programação da Rádio Contorno.

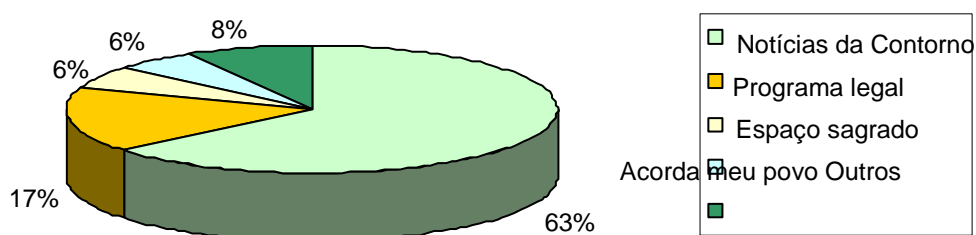


Gráfico 8. Distribuição da audiência da Rádio Comunitária Contorno FM por programa, 2008.

Elaboração: Hiure Vilas Boas Gonçalves.

Quando foram perguntadas sobre o porquê de acompanharem mais ao programa Notícias da Contorno, 43% das pessoas escolheram no questionário a opção “apresenta informações importantes para a comunidade”. Dessa forma, é possível afirmar que para essas pessoas, a emissora, através do programa Notícias

da Contorno, adquiriu a condição de veículo de comunicação importante para a

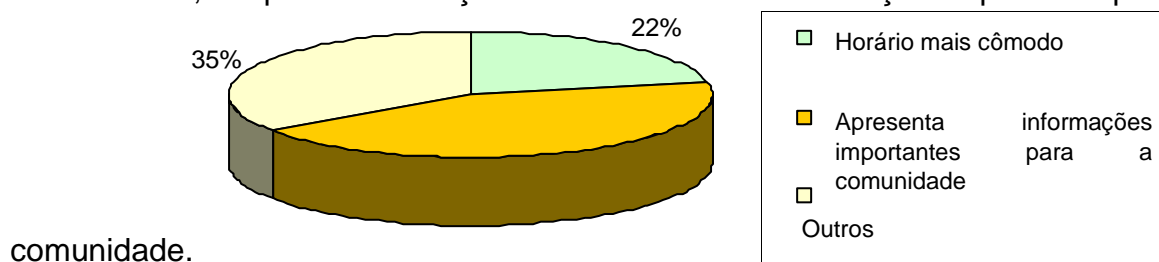


Gráfico 9. Motivos da maior audiência do programa Notícias da Contorno, 2008.

Elaboração: Hiure Vilas Boas Gonçalves.

4.6 Credibilidade dada pela comunidade.

Desde que as Rádios Comunitárias estão legalmente no ar, várias são as discussões acerca das suas reais intenções para com a comunidade onde estão instaladas.

Nesse sentido, vale ressaltar que enquanto algumas emissoras prestam um serviço de comunicação voltado para os interesses da comunidade, outras operam sem fazer jus ao título que recebem, distorcendo o processo de construção de uma mídia alternativa no país.

Sendo assim, como então diferenciar uma emissora realmente comunitária de outra aparentemente comunitária? Para tanto, não é necessário apenas avaliar os trabalhos das emissoras sob a luz da Lei 9.612, já que esta legislação embora tenha representado uma conquista para as rádios alternativas, apresenta pontos que denotam total repressão ao desenvolvimento da mídia sonora comunitária no país.

Na prática, para distingui-las é necessário acompanhar os trabalhos que as emissoras desenvolvem nas suas respectivas localidades. Só assim será possível identificar o nível de participação das comunidades na utilização do espaço e na gestão das emissoras, avaliar os quadros de programação, verificando se diferem

daqueles montados por emissoras comerciais, e identificar as suas capacidades de contribuir com o desenvolvimento social das comunidades.

Vale ressaltar que a avaliação precisa do trabalho das Rádios Comunitárias conseqüentemente resultará na identificação do grau de credibilidade que elas possuem perante as comunidades onde atuam, ou seja, uma consulta precisa sobre o que as pessoas pensam sobre as emissoras que atuam nas suas respectivas localidades será um bom recurso para discernir aquelas genuinamente comunitárias das demais.

A credibilidade dos meios de comunicação se vinculam diretamente às suas linhas editoriais ou programáticas. Qualquer cidadão se mantém fiel a um meio de comunicação enquanto a garantia do pacto ideológico for assegurada. Como qualquer outro produto que se estraga quando mal manuseado, a informação também se corrompe quando mal codificada, no sentido de um tropeço na amarração de um argumento, de uma manchete, enfim, uma postura inadequada para os padrões compactuados nas intersubjetividades. (VIEIRA, 2003, p.21)

Em consulta à comunidade de Capim Grosso sobre a aprovação do trabalho oferecido pela Rádio Comunitária Contorno FM, foram obtidos os resultados mostrados no gráfico 10.

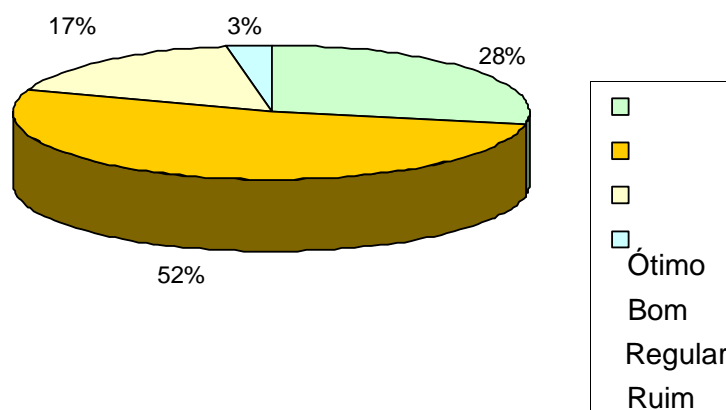


Gráfico 10. Avaliação do trabalho da Rádio Comunitária Contorno FM pela comunidade, 2008.

Elaboração: Hiure Vilas Boas Gonçalves.

Nesse gráfico percebe-se que a maior parte das pessoas que responderam ao questionário aplicado considera o trabalho da Rádio Contorno *ótimo* (28%) ou *bom* (52%), enquanto apenas 20% das pessoas consideram que a emissora realiza um trabalho *regular* (17%) ou *ruim* (3%)³⁹. Sendo assim, a maioria das pessoas consultadas da comunidade aprova o serviço de comunicação da Rádio Contorno.

Quanto às entrevistas, os resultados não foram diferentes. Em entrevista, o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (SINSP), o Sr. Jailson Matos de Sousa, comenta: “O serviço de comunicação oferecido pela Contorno é muito bom, através dela podemos nos alertar sobre os nossos direitos”.

Ainda em entrevista, a presidenta da delegacia regional da Associação dos Profissionais na Área de Educação do Estado da Bahia (APLB), localizada em Capim Grosso, Adenildes Novaes dos Santos Nascimento, diz: “Sempre fico atenta às informações passadas pela Rádio Contorno. Através dela fico sabendo o que está acontecendo no município”.

Além dos discursos de aprovação do trabalho realizado pela Rádio Comunitária Contorno, os dirigentes das respectivas entidades são unânimes ao afirmarem que a emissora é de grande auxílio na divulgação dos avisos de convocação de reuniões e nas discussões e esclarecimentos acerca das temáticas de interesse das classes por elas representadas, sendo assim, para essas entidades do município, a Rádio Contorno merece a denominação Comunitária.

4.7 Credibilidade dada pelo Estado e por organizações sociais.

Do ponto de vista prático, a Rádio Comunitária deve almejar a credibilidade da comunidade onde ela está inserida. Caso a emissora consiga corresponder aos anseios da comunidade e, por isso, adquira verdadeiramente a condição de veículo de comunicação popular, o seu papel estará sendo cumprido.

Ao acompanhar o trabalho de comunicação prestado pela emissora e analisar os resultados das entrevistas e dos questionários aplicados, verifica-se que a Rádio Contorno tem exercido bem o seu papel de comunitária.

³⁹ A opção *péssimo* também estava presente no questionário aplicado, porém ninguém optou por ela.

Para ratificar a credibilidade que a emissora possui é importante destacar que a mesma adquiriu títulos de Utilidade Pública Municipal, concedido pela Câmara Municipal de Vereadores, Utilidade Pública Estadual, concedido pela Assembléia Legislativa e Utilidade Pública Federal, concedido em novembro de 2005 pela Justiça Federal (foto 5). Com esses títulos a Rádio Contorno adquiriu legalmente a função de entidade que presta serviço de comunicação útil para expressão popular no país.

Além dos títulos adquiridos durante os 6 anos da sua fundação, a emissora conquistou no ano de 2005 o prêmio Mídia Sertão Social, concedido pela Movimento de Organizações Comunitárias (MOC) às entidades de comunicação que realizam trabalho a favor do desenvolvimento social nas regiões do Sisal, Piemonte da Diamantina, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

CERTIFICADO

À *SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA*, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1.276, de 27 de agosto de 2003, publicada no Diário Oficial da União em 28 de agosto de 2003, **RESOLVE:**

Conceder o presente **certificado** de Utilidade Pública Federal a entidade *ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CONTORNO*, sediada em *CAPIM GROSSO, BA*, inscrita no CNPJ sob o nº **02.416.971/0001-42**, após o exame conforme consta do Processo MJ nº **08001.004762/2003-38**, que culminou com a Portaria nº 2.127, de 28 de novembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de de 29/11/2005.

Brasília, 29 de novembro de 2005.


CLÁUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS
Secretária Nacional de Justiça

Foto 5. Certificado de Utilidade Pública Federal da Rádio Comunitária Contorno FM, 2005.
Fonte: Rádio Comunitária Contorno FM, 2008.



Foto 6. Prêmio Mídia Sertão Social, concedido a Rádio Comunitária Contorno FM, 2005.

Fonte: Hiure Vilas Boas Gonçalves, 2008.

Demonstrando o seu apoio a Rádio Contorno, em 14 de fevereiro de 2007, O MOC divulgou no seu *site* uma texto sobre o trabalho da emissora, intitulado “No sertão baiano, a Contorno FM de Capim Grosso é modelo de uma rádio democrática com jornalismo comunitário de qualidade”.

Nesse texto, produzido pelo próprio Movimento, é elogiado o trabalho jornalístico feito pela Rádio Contorno através do programa Notícias da Contorno.

4.8 Trabalho social.

Além da função informativa e de expressão, a Rádio Comunitária Contorno também realiza trabalho social.

Constantemente chegam pessoas até os estúdios da emissora solicitando o espaço para levar seus apelos à comunidade, pedindo auxílio financeiro, remédios,

alimentos, materiais de construção e outros⁴⁰. Contudo, embora a emissora não hesite em ceder o espaço a esse tipo de trabalho social, ele não é o foco do trabalho da Rádio.

Desde o ano de 2005 a emissora tem promovido um grande evento denominado de Encontro com as Comunidades. Neste evento, sempre realizado no mês do aniversário da emissora, são oferecidos serviços, produtos e entretenimento gratuitos à comunidade. Além disso, também é dada a oportunidade de grupos manifestarem a cultura popular ainda resistente no município.



Foto 7. Encontro com as Comunidades 2007, cortes de cabelo gratuitos. Fonte: Rádio Comunitária Contorno FM, 2007.

⁴⁰ O espaço da emissora não pode ser utilizado para explorar a comunidade, por isso, antes de qualquer apelo ser levado ao ar, aquele que deseja fazê-lo passa por uma entrevista informal com os dirigentes da emissora, identificando seu nome, endereço, motivo do apelo, etc.



Foto 8. Encontro com as Comunidades 2007, apresentação de grupo de Samba Reisado.
Fonte: Rádio Comunitária Contorno FM, 2007.

4.9 Relação com poderes públicos locais.

Como visto em capítulos anteriores, as Rádios Comunitárias não são livres para atuarem da forma que os seus dirigentes acharem mais conveniente. Além dos elementos de repressão do Estado Nacional, a Lei. 9.612 e o órgão que tem o papel de fiscalizar o seu cumprimento, a Agência Nacional de Telecomunicações, as Rádios Comunitárias tem como obstáculo sobreviverem às pressões das emissoras de rádio comerciais e dos poderes públicos locais, sendo estes últimos, aqueles que têm configurado maior obstáculo no cenário da mídia alternativa nos pequenos municípios brasileiros.

Marcado por prefeitos e vereadores que ainda carregam os ranços da política coronelista, no município de Capim Grosso a situação não poderia ser diferente.

Por ser comunitária e ainda ser o único meio de comunicação eletrônica do município, a Rádio Contorno oferece muitas informações sobre as questões locais e está sempre aberta para as reivindicações da comunidade, o que nem sempre agrada aos poderes locais.

Segundo Fischer (1993, p.12) “poder local tem a mesma essência do poder político”. Ainda para ela, “[...] o exercício do poder é um jogo de forças antagônicas em que há dominação eventual, mas que supõe uma margem de liberdade e de possibilidades de ação”.

A Rádio Contorno oferece o direito dos capimgrossenses se manifestarem publicamente a partir das ondas da emissora, seja para reivindicarem mudanças na situação política em que se encontra o município, levarem esclarecimentos e denúncias à comunidade ou simplesmente para participarem das discussões promovidas no ar pela emissora, o que não tem agradado, em especial, a todos aqueles que ocuparam o cargo de prefeito municipal desde que a rádio foi ao ar em 2001⁴⁵.

Para saber a opinião da comunidade acerca da relação entre a Rádio Contorno e os poderes públicos locais, foi aplicado questionário na comunidade. Os resultados obtidos mostram que a maioria das pessoas consultadas acredita existir uma relação *regular* (35%) ou *ruim* (28%) entre a emissora e os poderes públicos (prefeito e vereadores), sendo que apenas 37% conseguem ver uma relação *ótima* (6%) ou *boa* (31%) entre os mesmos.

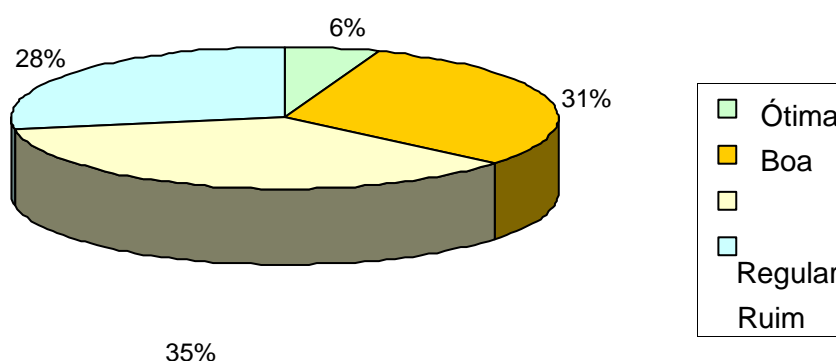


Gráfico 11. Avaliação da comunidade sobre a relação entre poderes públicos locais (prefeito e vereadores) e a Rádio Comunitária Contorno FM, 2008. Elaboração: Hiure Vilas Boas Gonçalves.

⁴⁵ De julho de 2001 até hoje, passaram respectivamente pela Prefeitura Municipal de Capim Grosso o Dr. Antônio Adilson de Freitas Pinheiro, o Sr. Paulo César da Silva Ferreira e o Dr. Itamar da Silva Rios, todos demonstraram fortes discordâncias com o trabalho realizado pela Rádio Comunitária Contorno após momentos de denúncias e reivindicações por parte do apresentador do programa Notícias da Contorno, Ney Oliveira, de pessoas da comunidade que solicitavam espaço no programa e de ouvintes que falavam por telefone.

Diante de tais dados poderia se fazer a seguinte pergunta: A Rádio Contorno não estaria desenvolvendo um trabalho de comunicação voltado apenas para desafiar os poderes públicos locais?

A resposta para essa pergunta pode ser respondida recorrendo ao gráfico 10, onde foi perguntado à comunidade como ela considera o trabalho prestado pela Rádio Contorno. Como resposta majoritária, 80% dos consultados consideram o trabalho da emissora como ótimo ou bom.

Por isso, a Rádio Contorno não pode ser configurada como uma entidade motivada por interesses políticos de esquerda que visa acima de tudo prejudicar o trabalho do prefeito e vereadores. Isso também pode ser confirmado ao notar que durante os seus 6 anos de criação, quando o município foi administrado por grupos políticos distintos, a relação entre a emissora e os poderes públicos locais nunca fora ótima.

Como última análise da pesquisa de campo, é possível recorrer aos resultados dos questionários onde forá perguntado às pessoas qual o grau de influência o serviço de comunicação da Rádio Contorno teria sobre elas no momento de escolha dos seus candidatos na eleição que se aproxima.

É importante destacar que a maioria das pessoas consultadas não possuía sequer o Ensino Médio completo (17% não-alfabetizadas, 49% com ensino fundamental incompleto e 11% com o médio incompleto⁴¹) o que poderia acarretar distorções nas suas concepções de política, processo eleitoral e cidadania, portanto, influenciar significativamente nas suas respostas.

⁴¹ Nenhuma das pessoas que responderam ao questionário afirmou possuir exclusivamente o Ensino Fundamental completo, por isso, essa categoria não aparece na figura 21.

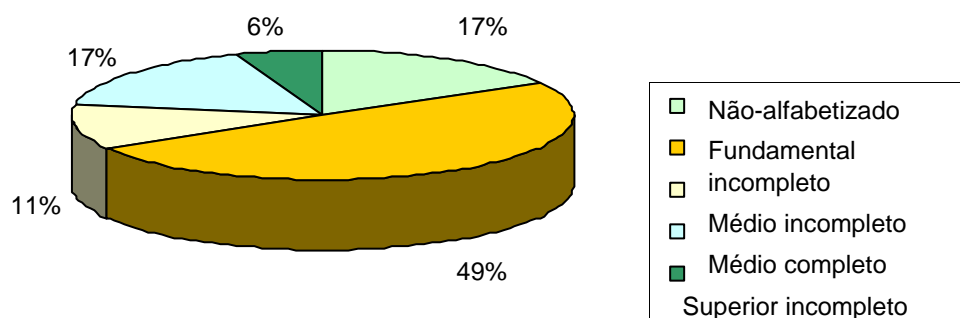


Gráfico 12. Grau de escolaridade das pessoas consultadas, 2008.
Elaboração: Hiure Vilas Boas Gonçalves.

Para a maioria dos consultados, o trabalho hoje desenvolvido pela Rádio Contorno (informações e discussões sobre o papel dos políticos, os direitos e deveres do cidadão, etc) possuirá *muita* (42%) ou *pouca* (19%) influência no momento de escolha dos melhores candidatos na eleição eleitoral municipal.

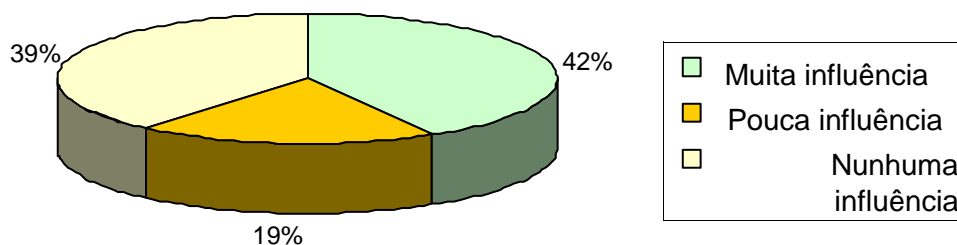


Gráfico 13. Influência da Rádio Comunitária Contorno FM na política local, 2008.
Elaboração: Hiure Vilas Boas Gonçalves.

Com apenas 39% dos consultados afirmando que o trabalho da Rádio Contorno não terá nenhuma influência quando for o momento de escolherem os seus candidatos na eleição municipal, é possível afirmar que hoje a emissora adquiriu a condição de veículo de comunicação com grande importância sócio-política no município de Capim Grosso.

CONCLUSÃO

As práticas sociais são as grandes responsáveis pela construção do Espaço Geográfico. Numa perspectiva dialética, o Espaço, descrito por Santos (2006, p. 100) como “um resultado da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações” não é apenas um produto da sociedade, mas sim a materialização das relações que nela ocorrem. Para Castells (2005; p. 500) “o espaço não é reflexo da sociedade, é sua expressão”.

Sendo assim, a estrutura e os objetos do Espaço adquirirão novas configurações sempre que as práticas e tensões sociais passarem por modificações, ou seja, a cada novo processo socialmente erigido, o Espaço apresentará uma nova feição.

Dentre os vários processos que emergem de acordo com o tempo e diante do objetivo deste estudo, deve ser lembrado o processo de democratização do Rádio brasileiro.

Como visto, após a década de 1980 houve uma intensificação das reivindicações populares acerca da democratização do uso e manipulação dos meios de comunicação no país. Como resultado da luta dos movimentos sociais, é promulgada a Lei. 9.612/98.

Sob os preceitos dessa Lei, o fenômeno das Rádios Comunitárias passou a ser ao mesmo tempo legalizado e controlado pelo Estado brasileiro.

Desde então, surgem várias emissoras de Rádio Comunitária em todo o território brasileiro, entre elas a Rádio Comunitária Contorno FM, que, como visto, hoje se configura como um veículo de comunicação capaz de corresponder aos interesses da comunidade.

Seja a partir do acesso democrático dos microfones da emissora, do oferecimento de discussões e informações importantes para o amadurecimento político da comunidade ou do trabalho social de significativa relevância para apresentar o alto grau de exclusão social existente no município e desencadear a integração da comunidade a favor da sua minimização, o fato é que depois da Rádio Contorno surgiram novas relações sociais, nem sempre harmônicas, na comunidade de Capim Grosso.

Entendida por Manzini-Covre (1995, p.16) como “a capacidade de os homens exercerem direitos e deveres de cidadãos”, a cidadania é a expressão máxima dos direitos humanos. Toda e qualquer sociedade que não reprime o exercício da cidadania, adquire a condição de desenvolvimento.

Nesses termos, a Rádio Contorno tornou-se um meio de comunicação local de grande potencial na luta pelo exercício da cidadania.

Após a interpretação e análise dos dados e informações até aqui mencionadas, é possível concluir que as hipóteses levantadas para o estudo foram refutadas, ou seja, a Rádio Comunitária Contorno FM consegue promover uma comunicação popular de grande respaldo nas relações entre comunidade capimgrossense e poderes públicos locais e oferece serviços de comunicação imprescindíveis ao exercício da cidadania, o que configura repercussões sócio-espaciais no município de Capim Grosso. Entre essas repercussões na comunidade podem ser retomadas do desenvolvimento do presente trabalho, o amadurecimento político da comunidade e a integração social diante dos problemas locais que a emissora leva ao ar.

Se devidamente estruturadas como emissoras de caráter popular e democrática, onde as discussões e reivindicações são pautadas pelos interesses da comunidade, as Rádios Comunitárias devem atuar como elementos modificadores das relações sociais e da estrutura formal dos locais onde conseguem atuar, o que as configuram como elementos de reconfigurações sócio-espaciais.

Diante da pesquisa, é importante destacar que ainda há muito a ser conquistado pelas emissoras de Rádio Comunitárias no Brasil, principalmente no que diz respeito

às limitações impostas pela Lei. 9.612. Junto a isso, deve ser ressaltado que as produções e pesquisas acadêmicas sobre a temática da Comunicação Comunitária precisam ser mais estimuladas, principalmente nas regiões brasileiras que possuem um grande número de emissoras comunitárias, mas não correspondem a isso através de estudos e pesquisas sobre as realidades locais onde atuam, são exemplos, as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Mourão Bahia. **Panorama atual das Rádios Comunitárias no Brasil**. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1107-1.pdf>. Acesso em 20 fev. 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. vol.1. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CARDOSO, Alcina Maria de Lara. As velhas-novas tecnologias de educação à distância: o telefone e o rádio. In:_____. **Vozes e diálogo**. Itajaí: Univali, 1999.

COELHO, Tânia; SILVEIRA, Renata. **Rádios livres: sem restrições**. Cadernos do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo. Out/1995, nº 190.

FISCHER, Tânia. Poder Local: Um tema em análise. In:_____. **Poder Local: governo e cidadania**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993. p. 10 – 20.

GOMES, Ana Luisa Zaniboni. **Formação de radialistas na era da inclusão discursiva: uma reflexão sobre a condição comunicativo-educativa do rádio no campo das políticas públicas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MANSANO, Fábio Augusto. **Para uma leitura crítica das Rádios Comunitárias**. Londrina, 2004. Disponível em: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/16960/1/R0812-1.pdf>. Acesso em 25 de fev. 2008.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MOREIRA, Ruy. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. In:_____. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do Espaço Geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007. p.81 – 103.

OLIVEIRA, Valdir de Castro. **A reconfiguração do espaço público nas ondas das Rádios Comunitárias**. Belo Horizonte, 2000. Disponível em: www.rbc.org.br/download/radcom/reconfiguracao_espaco_publico_radcom.doc. Acesso em 30 de mar. 2008.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985.

PERAZOLI, Renata. **Radiodifusão comunitária: no ar Rádio Nova Cidade!** São Paulo, 2004. Disponível em: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/16953/1/R1110-1.pdf>. Acesso em 25 de fev. 2008.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. Mídia comunitária, liberdade de comunicação e desenvolvimento. In:_____. **Comunicação Comunitária para a cidadania**. São Paulo: INTERCOM, 2003. p. 245 – 264.

_____. **Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil**. São Paulo, 1998. Disponível em: www.rbc.org.br/download/radcom/radcom%20participacao.pdf. Acesso em 20 fev. 2008.

_____. **Rádio Comunitária na Internet: apoderamento social das tecnologias**. São Paulo, 2005. Disponível em:

<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/17686/1/R1683-1.pdf>. Acesso em 20 de fev. 2008.

PITTHAN, Júlia. **Pobreza alimenta concentração nas comunicações brasileiras**. Observatório da Imprensa. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=383IPB003>. Acesso em 20 fev. 2008.

RUAS, Claudia Mara Stapani. **Radiodifusão Comunitária: um meio de educação para as minorias na era da cidadania**. Campo Grande, 2001. Disponível em: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br>. Acesso em 20 fev. 2008.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: Globalização e meio Técnico Científico-Informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, espaço e emoção**. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Suzy dos. **E-Sucupira: o Coronelismo Eletrônico como herança do Coronelismo nas comunicações brasileiras**. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.fndc.org.br/arquivos/ecompos07_dezembro2006_suzydossantos.pdf. Acesso em 30 de mar. 2008.

THOMPSON, John B. Comunicação e contexto social. In: _____. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 19 – 46.

TRIGO-DE-SOUZA, Lígia Maria. **As categorias do rádio na internet**. Revista da Faculdade de Comunicação. São Paulo: FIAM-FAAM, v.1, n. 2, 2002.

VIEIRA, Roberto. Os meios de comunicação de massa e a cidadania. In: _____. **Comunicação Comunitária para a cidadania**. São Paulo: INTERCOM, 2003. p.17 – 27.

Agência Nacional de Telecomunicações. **Da radiodifusão**. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/>. Acesso em 20 fev. 2008.

Ministério das Comunicações. **Dúvidas frequentes sobre Rádios Comunitárias**. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/>. Acesso em 20 fev. 2008.

Ministério das Comunicações. **Relação de Rádios Comunitárias com Decreto Legislativo.** Disponível em: <http://www.mc.gov.br/>. Acesso em 30 mar. 2008.

Movimento de Organizações Comunitárias. **Comunitária de verdade: no sertão baiano, a Contorno FM de Capim Grosso é modelo de uma rádio democrática com jornalismo comunitário de qualidade.** Disponível em: http://www.moc.org.br/experiencias_exibir.php?mostrar=100. Acesso em 02 abr. 2008.

BRASIL. **Constituição Federal.** Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Lei nº 4.177 de 27 de agosto de 1967.** Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT). Brasília, DF, 1967.

BRASIL. **Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998.** Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária. Brasília, DF, 1998.

APÊNDICE A – Modelo de questionário aplicado no município de Capim Grosso.

Realizada em:

- | | | |
|--|--|--|
| <input type="checkbox"/> Distrito Pedras Altas | <input type="checkbox"/> Povoado Peixe | <input type="checkbox"/> Povoado Caiçara |
| <input type="checkbox"/> Bairro Novo Oeste | <input type="checkbox"/> Bairro Planaltino | <input type="checkbox"/> Bairro Oliveira |

Nome: _____

Sexo: Masculino Feminino

Idade: ____anos

Grau de escolaridade: Não-alfabetizado Fund. Incompleto Fund. Completo
 Médio Incompleto Médio Completo Superior Incompleto Superior Completo

1. Você acompanha a programação da Rádio Contorno?

SIM ÀS VEZES NÃO

2. Qual programa da emissora você mais acompanha?

3. Por qual motivo você acompanha mais esse programa?

- Por quê o horário em que ele vai ao ar é mais cômodo para você.
 Por quê ele apresenta uma boa programação musical.
 Por quê as informações e discussões por ele veiculadas são importantes para a comunidade.
 Outros.

4. Você considera o trabalho de comunicação que a Rádio Contorno presta à comunidade?

- ÓTIMO BOM REGULAR RUIM PÉSSIMO

5. Você já foi beneficiado(a) direta ou indiretamente pelo serviço de comunicação da Rádio Contorno?

- SIM NÃO

6. As discussões e as informações passadas constantemente pela Rádio Contorno sobre a atuação do prefeito e dos vereadores no município, no momento de escolha dos seus candidatos na eleição que se aproxima, terão?

- MUITA INFLUÊNCIA POUCA INFLUÊNCIA NENHUMA INFLUÊNCIA

7. Você acredita que a relação hoje existente entre os poderes públicos locais (prefeito e vereadores) e a Rádio Contorno é?

- ÓTIMA BOA REGULAR RUIM PÉSSIMA

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista realizada com Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Capim Grosso.

Nome: _____

1. Como o senhor vê as emissoras de rádio intituladas de comunitárias no país?

2. O senhor acompanha constantemente a programação da Rádio Contorno? Qual programa da emissora o senhor mais ouve? Por quê?
3. Hoje, qual a relação do senhor com a Rádio Contorno?
4. O senhor considera a Rádio Contorno um veículo de comunicação importante para a comunidade de Capim Grosso? Por quê?
5. As discussões e reivindicações feitas pela comunidade através da emissora são importantes para avaliar ou indicar erros e acertos no seu mandato? Por quê?

**APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas realizadas com os
Presidentes do STTR, do SINSP e da Delegacia Regional da APLB.**

Nome: _____

1. Quando surgiu no município a entidade que o senhor representa?

2. O senhor acompanha constantemente a programação da Rádio Contorno? Qual programa da emissora o senhor mais ouve? Por quê?

3. As discussões e informações veiculadas pela Rádio Contorno são importantes para auxiliar a entidade que o senhor representa? Como?

4. O senhor acredita que a Rádio Contorno consegue oferecer serviços de comunicação importantes para a comunidade? Quais?

5. Que tipo de relação o senhor acredita existir hoje entre poderes públicos (prefeito e vereadores) e a Rádio Contorno?